



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
CURSO DE JORNALISMO**

**MARIANA BUENO**

**O FEMININO NAS NOTÍCIAS: ANÁLISE DA PRESENÇA DE MULHERES COMO  
FONTES E PERSONAGENS NO PORTAL DE NOTÍCIA UOL**

**FORTALEZA**

**2023**

MARIANA BUENO

O FEMININO NAS NOTÍCIAS: ANÁLISE DA PRESENÇA DE MULHERES COMO  
FONTES E PERSONAGENS NO PORTAL DE NOTÍCIA UOL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Jornalismo da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel em  
Jornalismo

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Naiana Rodrigues da Silva

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B943f Bueno, Mariana.  
O feminino nas notícias: análise da presença de mulheres como fontes e personagens no portal de notícia UOL / Mariana Bueno. – 2023.  
81 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), Fortaleza, 2023.  
Orientação: Profa. Dra. Naiana Rodrigues da Silva.

1. Jornalismo. 2. Mulheres. 3. Mídia. 4. Subjetividade. 5. Interseccionalidade. I. Título.

CDD 070.4

---

MARIANA BUENO

O FEMININO NAS NOTÍCIAS: ANÁLISE DA PRESENÇA DE MULHERES COMO  
FONTES E PERSONAGENS NO PORTAL DE NOTÍCIA UOL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Jornalismo da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel em  
Jornalismo

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Naiana Rodrigues da Silva (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kamila Bossato Fernandes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosane da Silva Nunes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



A todas as mulheres que de alguma forma foram silenciadas, injustiçadas, violentadas e invisibilizadas. Vocês são o que temos de fortaleza no mundo.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Ana Nobre, que é o meu porto-seguro, minha fortaleza. Ana, que não podia gerar, mas que persistiu e hoje tem a mim, assim como tenho a ela. Obrigada por sempre acreditar em mim, mãe.

Aos meus cachorros, Snoopy, Marley e Cristal. Eu talvez nem estaria aqui se não fosse por eles. O maior amor que já senti na vida veio deles, e retribuo todos os dias tamanho amor.

À minha orientadora, Naiana Rodrigues, que sempre teve paciência e cuidado comigo e com este trabalho. Obrigada, Nai, por ser além de orientadora, uma amiga e um acalento nesse final de graduação. Obrigada por acreditar neste trabalho comigo.

A categoria amizades provavelmente será gigante, sempre fui apaixonada por todos os meus amigos. E, para mim, não há paixão melhor que essa.

Então, agradeço aos meus amigos que estão comigo desde o começo dessa jornada. Em especial Diego, Hellen Maria, Ricardo, Raíssa, Tayane e Mateus. Vocês são o motivo de eu não ter desistido dessa caminhada.

Aos meus amigos que conheci já no final do curso, mas que se tornaram uma parte de mim. A parte mais feliz de mim. Obrigada por me acolherem e me fazerem feliz. Obrigada, Arine, David, Guilherme, Hellen Queiroz, Vitória Vasconcelos, Ludmyla, Clara, Heitor, Faely, Isabelle e João.

Ao meu quarteto de Ensino Médio: Beca, Clarinha e Mika. Vocês sempre serão uma parte de mim que é vital. Sem vocês eu não estaria onde estou hoje.

Um agradecimento muito mais do que especial para o Diego (de novo), Mateus, Kleber e Gabriel Damasceno. Vocês sabem o motivo de estarem em um parágrafo à parte. Vocês estão além do que posso chamar de porto-seguro e amizade. Amo vocês.

No âmbito familiar começo agradecendo primeiramente aos meus avós maternos, Iraci e Ernane, que me enchem de alegria e que só por existirem me dão forças para viver um dia após ao outro. Agradeço imensamente aos meus tios e tias, especialmente tia Rita e tio Edinho por serem os maiores incentivadores quando se trata da minha educação, obrigada por sempre acreditarem em mim e me aconselharem como dois pais fariam. Agradeço também a tia Socorro e a tia Irlane, que juntamente com a tia Rita me criaram como se fossem minhas mães. Parte de mim não existiria sem vocês.

Agradeço aos meus tios de coração Vivianne e Rodnei. Vocês não devem imaginar o que conversar com vocês pode causar em alguém. Amo vocês.

Aos meus primos, especialmente vocês, Laura e Lucas. Não tenho palavras que descrevam o que vocês são para mim e o quanto sou grata por vocês existirem. Eu amo vocês.

Pode parecer besteira, mas agradeço também aos artistas que me acompanharam nessa caminhada. Eles não sabem que existo, mas sei que eles existem e por isso sou grata. Obrigada em especial, Seventeen, GOT7, SF9, Harry Styles, One Direction (Deus os tenha) e Taylor Swift. As músicas de vocês me transformam a cada dia. Obrigada aos demais artistas por serem minha trilha sonora da vida.

Gratidão sem tamanho, sem fim e sem medida à minha psicóloga, Karla Priscilla. Você tem sido um anjo e uma luz para mim em todos os momentos da minha vida. Sem você eu não conseguiria metade do que conquistei desde que nos conhecemos. Obrigada.

Obrigada ao atual presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, por permitir que eu e milhões de pessoas tivéssemos acesso à universidade como temos hoje. Obrigada também ao Renato Roseno pela inspiração na luta pelos direitos humanos que você é.

Obrigada a todos que passaram na minha vida nesse tempo como estagiária na TV Assembleia e nas Mídias da Alece. Aprendi com vocês o que nunca aprenderia em outro local. Obrigada também à Thaís, que conheci durante o estágio, mas foi uma força e um acalento para mim na vida. Obrigada à Mariana, que apareceu quase no final dessa minha trajetória mas que tornou as coberturas das audiências públicas ainda mais prazerosas e divertidas.

Por fim, agradeço aos meus professores. Desde o Ensino Médio, especialmente a Karoline Holanda por ser a professora que acreditou na minha turma e que lutou por nós. Na graduação, agradeço especialmente a Naiana, Pedro, Marcelo, Kamila e Rosane. Obrigada por acreditarem na educação dia após dia.

Obrigada a todos que eu não mencionei aqui, mas que fazem parte da minha trajetória, sintam-se contemplados com este trabalho que me dediquei com muito afinho.

Em memória te dedico todo o amor do mundo com minha eterna gratidão a você, Diana. Você está presente em todos os momentos da minha vida e eu sinto isso todos os dias.

## RESUMO

Este estudo surge da observação crítica da subrepresentação e estereotipagem negativa das mulheres na produção jornalística. Investigando a representatividade de gênero no portal UOL e na editoria Universa, o trabalho examina como as mulheres são retratadas na mídia. Ancorado no movimento feminista, destaca a persistência de uma sociedade patriarcal e reconhece o papel crucial do jornalismo na formação de opiniões. Utilizando a metodologia de estudo de caso, a pesquisa analisa 177 páginas em um período de 10 dias, destacando aspectos como inclusão de mulheres como fontes, diferenças na apresentação de gêneros e tipos de fontes utilizadas. A estrutura do trabalho compreende três capítulos, explorando o jornalismo em seu contexto geral, a história das mulheres na imprensa e as questões específicas de gênero. Concluindo, a pesquisa contribui para a compreensão da representatividade feminina na mídia, ressaltando a importância do jornalismo na promoção de uma representação equitativa.

**Palavras-chave:** jornalismo; mulheres; mídia; subjetividade; interseccionalidade

## **ABSTRACT**

This study arises from a critical observation of the underrepresentation and negative stereotyping of women in journalistic production. Investigating gender representation on the UOL portal and in the Universa section, the research examines how women are portrayed in the media. Anchored in the feminist movement, it highlights the persistence of a patriarchal society and recognizes the crucial role of journalism in shaping opinions. Utilizing the case study methodology, the research analyzes 177 pages over a 10-day period, focusing on aspects such as the inclusion of women as sources, gender presentation differences, and types of sources used. The structure of the work comprises three chapters, exploring journalism in its general context, the history of women in the press, and gender-specific issues. In conclusion, the research contributes to understanding female representation in the media, emphasizing the importance of journalism in promoting equitable representation.

**Keywords:** journalism; women; media; subjectivity; intersectionality

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. HISTÓRIA DO JORNALISMO E SEU FAZER JORNALÍSTICO.....</b>	<b>11</b>
2.1 História da Imprensa e o papel social a do jornalismo atualmente.....	11
2.2 Jornalismo hoje, flexibilidade do trabalho jornalístico e questões de gênero.....	14
2.3 Definindo notícia e reportagem no jornalismo.....	17
2.3.1 Formatos e gêneros jornalísticos.....	18
2.3.2 Notícia e reportagem jornalística.....	19
2.4 Pensando valores-notícia e subjetividade jornalística.....	31
<b>3. JORNALISMO E O FEMININO.....</b>	<b>34</b>
3.1 Notas sobre o movimento feminista.....	36
3.2 O feminino como sujeito da subjetividade jornalística e da interseccionalidade.....	39
3.2.1 Objetividade jornalística e subjetividade feminina no jornalismo.....	39
3.2.2 Interseccionalidade.....	44
3.3 Cobertura contemporânea e mulheres.....	47
<b>4. OBJETO E METODOLOGIA.....</b>	<b>52</b>
4.1 O estudo de caso.....	52
4.2 Escolha do UOL para o estudo e sua história.....	54
4.3 Procedimentos metodológicos.....	56
4.4 A análise e seus resultados.....	61
4.4.1 Matérias assinadas.....	63
4.4.2 Matérias editadas.....	65
4.4.3 Gêneros das matérias.....	67
4.5 Análise do conteúdo.....	69
4.5.1 Análise do Universa.....	74
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Quando se estuda jornalismo na graduação, você começa a olhar para os produtos jornalísticos de uma forma diferente. Ao notar que poucas mulheres eram entrevistadas, e que em diversas notícias as mulheres presentes, e não somente como fontes, eram diminuídas ou representadas negativamente, como no obituário da Folha de S. Paulo para Rita Lee<sup>1</sup> surgiu o interesse de fazer um estudo sobre essa problemática.

Por isso, este trabalho investiga a representatividade social do gênero feminino em matérias jornalísticas veiculadas no portal de notícias Universo Online (UOL), e na editoria feminina Universa, em um período de 10 dias. A escolha de abordar a representação feminina decorre da significativa relevância do tema e da necessidade de analisar como as mulheres são tratadas na grande mídia.

O ponto de partida para este trabalho foi o movimento feminista, que ao longo dos séculos tem sido uma força multifacetada na busca pela igualdade de gênero, justiça social e reconhecimento pleno dos direitos das mulheres. Desde as primeiras ondas do feminismo no século XIX até as manifestações contemporâneas em todo o mundo, o feminismo desafia normas sociais, questiona estruturas de poder e promove mudanças profundas na sociedade.

Por um lado, é crucial reconhecer que vivemos em uma sociedade patriarcal, apesar das mudanças progressivas em prol das mulheres globalmente. Por outro lado, o jornalismo, como um instrumento social destinado a manter os cidadãos informados, desempenha um papel fundamental na orientação das opiniões da comunidade. A representação de grupos sociais, incluindo mulheres de diferentes estratos sociais, raciais e de identidade de gênero, na mídia jornalística influencia diretamente a percepção desses grupos pela sociedade em geral. O discurso não apenas reflete, mas também representa, constrói e modifica a sociedade (Fairclough, 2001).

É igualmente essencial abordar a questão de gênero, que por muito tempo foi vinculada à biologia e aos órgãos sexuais da pessoa. Essa associação resultou na atribuição de papéis específicos aos gêneros feminino e masculino, influenciando escolhas de cores, brincadeiras, funções no coletivo e no mercado de trabalho. Guacira Lopes Louro (1997) destaca que compreender as relações entre homens e mulheres na sociedade envolve observar não apenas os sexos, mas também o que foi socialmente construído em torno deles. Nesse contexto, o jornalismo desempenha um papel significativo como formador de opinião também na construção social dos gêneros.

---

<sup>1</sup>Disponível em: <<https://twitter.com/folha/status/1655937932442873858>>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

Diante desse cenário, surge a indagação: como o jornalismo inclui as mulheres no processo de produção noticiosa como fontes? Há diferenças na apresentação de homens e mulheres nas matérias? Que tipos de fontes são mais frequentemente utilizadas? Existe uma discrepância nas representatividades?

O objetivo geral deste trabalho é ressaltar a importância da mídia na batalha pela representação feminina e investigar como se dá a presença feminina nos textos jornalísticos, do UOL e Universa. Os objetivos específicos incluem a análise da interseccionalidade das mulheres nas matérias do portal UOL e do Universa Uol, a identificação de discrepâncias na representação de mulheres e homens, observando como se dá a representatividade feminina no jornalismo por meio das fontes.

A metodologia adotada para abordar essas questões é o estudo de caso, conforme definido por Yin (2001) e Duarte (2005). Yin (2001) destaca a adequação desse método para examinar eventos contemporâneos, especialmente quando não é possível controlar comportamentos, enfatizando sua capacidade de lidar com diversas fontes de evidência. O estudo de caso foi escolhido por sua utilidade em compreender causas e efeitos complexos, explorar casos com resultados não claros e ilustrar temas de maneira descritiva.

O trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e considerações finais. O primeiro aborda o jornalismo em seu contexto geral, explorando sua origem e papel na sociedade com base em autores como Marcondes Filho (2000) e Carla Cerqueira (2008). Em seguida, é apresentada a história da mulher na imprensa, inicialmente como jornalista, e são discutidas teorias e técnicas jornalísticas com referências a autores como Traquina (2005) e Lage (2021, 2005, 2001), além de uma exposição sobre jornalismo digital e gêneros jornalísticos referenciando acadêmicos como Gonçalves, Santos, Renó (2015), Kindermann (2003), Canavilhas (2014) e outros.

O capítulo subsequente mantém o enfoque no jornalismo, mas com ênfase no gênero feminino e suas lutas. Inicia-se com um panorama das mulheres enquanto jornalistas, seguido por um breve resumo do movimento feminista no Brasil, culminando na discussão sobre a subjetividade jornalística e a interseccionalidade de gênero. Referências de autoras renomadas da área, como Fabiana Moraes (2022), Hirata (2014), Pinto (2003), entre outras, embasam essas discussões.

Por fim, o trabalho conclui com a análise propriamente dita, que foca nas análises e considerações da autora resgatando conceitos trazidos nos capítulos anteriores da pesquisa.

Foram analisadas 177 páginas do portal de notícias do UOL. A metodologia incluiu acesso às páginas destacadas. Na editoria de mulheres, Universa, a coleta ocorreu por



10 dias resultando em 8 páginas analisadas. A planilha utilizada foi feita no Google Planilhas e tinha 15 colunas, abrangendo aspectos como período do dia, data, título, link, autoria, edição, lead, palavras-chave, formato, tipos de fonte, quantidade e identificação de mulheres, onde aparecem e análise de conteúdo.

## **2 HISTÓRIA DO JORNALISMO E SEU FAZER JORNALÍSTICO**

A imprensa<sup>2</sup> possui diversas linhas históricas de definição e categorização, com alguns autores concordando entre si. Historiadores e sociólogos também contribuem para esse estudo, e por isso, sempre descobrimos algum detalhe nessa história complexa. Mas, para esse capítulo, recorro à versão de como o jornalismo surgiu no meio de sujeitos de poder, no patriarcado e como a mulher nunca esteve nessa posição, pois na época em que a imprensa surgia, as mulheres não tinham o direito de ir à escola, não aprendiam a ler e, conseqüentemente, a escrever.

### **2.1 História da Imprensa e o papel social a do jornalismo atualmente**

É na época da Revolução Francesa (1789) que se estabelece a primeira fase do jornalismo (Marcondes Filho, 2000). Os jornais que surgiram nesse momento incorporaram as características identificadas por Groth (2011): periodicidade, atualidade, difusão e universalidade. Apesar de serem efêmeros, esses jornais refletiram os conceitos fundamentais atribuídos pelo sociólogo alemão, que estudou intensivamente os periódicos (jornais e revistas) existentes no início do século XX.

Nesse período, o gênero predominante era o artigo, devido à necessidade de persuadir o público em relação aos ideais da revolução. No entanto, foi somente a partir do século XIX, com o surgimento de máquinas rotativas capazes de imprimir em grande escala, juntamente com a consolidação do capitalismo, que a imprensa moderna surgiu.

No Brasil, a imprensa teve seu início tardio. Enquanto na Espanha a data de introdução da imprensa ocorreu em 1533 (na Inglaterra em 1638), no Brasil só chegou em 1808, quando D. João VI cria a Imprensa Régia em 13 de maio. Mas os estudiosos sobre o jornalismo no Brasil ainda discutem qual teria sido o primeiro jornal brasileiro, se a Gazeta do Rio de Janeiro (em 10 de setembro de 1808) ou o Correio Braziliense (em junho de 1808) (Barbosa, 2010, p. 19).

A mulher brasileira só passou a poder ir para a escola no dia 15 de outubro de 1827. Logo, demorou muito para que as mulheres se fizessem presentes nos periódicos brasileiros da época. Se era difícil para a mulher escrever em um jornal à época, ter visibilidade e voz para ser ouvida em um jornal era tão difícil quanto.

---

<sup>2</sup>Neste trabalho, utilizaremos a palavra imprensa para se referir também ao jornalismo. Ambos os termos terão o mesmo significado.

Sabemos que desde a chegada dos colonizadores o ensino concentrou-se nas mãos da Igreja, especialmente dos jesuítas, mas igualmente outros religiosos como os franciscanos também vieram ao país. Este ensino ministrado pelas ordens religiosas nas missões e nos colégios fundados por elas destinava-se fundamentalmente à catequese e à formação das elites no Brasil. Desde a primeira escola de ler e escrever, erguida incipientemente lá pelos idos de 1549, pelos primeiros jesuítas aqui aportados, a intenção da formação cultural da elite branca e masculina foi nítida na obra jesuítica. As mulheres logo ficaram exclusas do sistema escolar estabelecido na colônia. Podiam, quando muito, educar-se na catequese. Estavam destinadas ao lar: casamento e trabalhos domésticos, cantos e orações, controle de pais e maridos. (Stamatto, 2002, p.2)

Porém, foi no século XIX, após a Guerra de Secessão dos Estados Unidos, que surgiu a primeira reportagem geral produzida por uma mulher. Emily Verdery Bettey foi contratada como repórter pelo New York Sun, em 1868.

Santos e Temer (2016), ao citarem Queiroz (2013), afirmam que os registros de mulheres pioneiras em redações jornalísticas remontam ao século XVII, com tipógrafas ou proprietárias de prensa. Mas uma coisa que se manteve, independente da época, é o fato do jornalismo ser mais praticado e voltado para os homens.

Embora as referências sobre a mulher e a imprensa sejam da segunda metade do século XVII, observa-se principalmente o surgimento de veículos com características editoriais voltadas a um público feminino, divididos em duas vertentes: a que abrange os veículos impressos que tratavam de moda e outra que abordava o feminismo. A imprensa feminista surgiu no bojo da Revolução Francesa e se tornou porta-voz das ideias daquelas que atuavam pela emancipação feminina. Mas para driblar preconceitos e conquistar espaço nas redações, as mulheres usaram pseudônimos e inovaram na reportagem. [...] Apesar disso, não há estudos no Brasil que confirmem características diferenciadas na cobertura jornalística feita por mulheres, no jornalismo brasileiro. (Santos; Temer, 2016, p. 38 – 40)

Como apontado por Neves (1998), o jornalismo surgiu pela busca da sociedade por informações, e atualmente, é senso comum que o papel do jornalismo é fornecer informações claras, imparciais e objetivas à sociedade, ou a uma parte significativa dela. O discurso jornalístico deve alcançar todas as esferas da sociedade, independentemente de fatores como gênero, classe, cor, região, orientação sexual, idade, entre outros. No entanto, o leitor também precisa se identificar com esse discurso, e é aí que surge o desafio desta tarefa, na multiplicidade de fontes disponíveis e diante da complexidade social.

E trago, aqui, principalmente a disparidade de diferença entre os gêneros como fontes jornalísticas. Diante disso, podemos citar Carla Cerqueira (2008), que notou uma masculinização quando estudou a forma que as mulheres eram retratadas nos jornais portugueses. Para ela, o discurso jornalístico “(...) reproduz atitudes e ideologias que legitimam a dominação, bem patente nos atores sociais, os quais são ouvidos e naqueles que

ficam na penumbra” (Cerqueira, 2008, p. 142) e ainda, há uma desigualdade na distribuição das vozes no discurso jornalístico, resultando em algumas pessoas sendo apenas mencionadas e outras ficando invisíveis. As mulheres, em particular, parecem estar no grupo dos “invisíveis” ou “visíveis” com pouco destaque.

Para Moraes (2010), a existência de instituições que constituem a sociedade civil pode contribuir para a difusão de pensamentos hegemônicos e dentre elas, estão os meios de comunicação.

Seu surgimento deu-se em função da necessidade de uma estrutura específica de comunicação, para difundir informações com a finalidade de sedimentar a ordem burguesa (criação de novas necessidades, ideologia, controle social, etc.) e como tal, enquanto estrutura, faz parte da base da sociedade e não da superestrutura ideológica, estando ligada à evolução geral do homem, como um sistema que supre certas necessidades sociais de caráter ideológico. (Marcondes Filho, 2004, p. 161)

Ainda para Marcondes Filho (2004), o jornalismo se manifesta através dos interesses predominantes de uma sociedade de classes e é uma estrutura de manifestação, difusão e, sob certo aspecto, formação da ideologia dominante de hoje, a social e democrática.<sup>3</sup>

Outro aspecto importante que deve ser destacado neste trabalho, conforme apontado por Traquina (2005), em seu livro “Teorias do Jornalismo, Volume I”, é que vivemos em um país recém-saído de uma ditadura e que atualmente é uma democracia. Por esse motivo, o jornalismo exercido aqui difere bastante daquele em países não democráticos. Uma característica fundamental da prática jornalística é a possibilidade de exercê-la sem censura, caso contrário, não teríamos um jornalismo, mas sim um órgão do governo, como ocorre, por exemplo, na Arábia Saudita<sup>4</sup>.

Não é à toa que a mídia também é chamada de quarto poder, devido a sua importância (novamente, em países democráticos). Pois bem, o que seria então o jornalismo em uma democracia? Para Traquina (2005) essa pergunta suscita outras: “o que é a notícia? O que são as notícias? Por que as notícias são como são? Afinal, qual é o papel do jornalismo numa sociedade democrática?”

---

<sup>3</sup>Segundo o Instituto Mises Brasil (IMB). Disponível em: <<https://shre.ink/9ByI>>. Acesso em: 04 de julho de 2023.

<sup>4</sup>Segundo o Repórteres Sem Fronteiras (RSF), a Arábia Saudita não possui meios de comunicação independentes e jornalistas são constantemente vigiados, mesmo no exterior. Os meios de comunicação sauditas seguem as diretrizes do governo estabelecidas pela Saudi Press Agency. A imprensa é dividida em duas correntes de opinião, “liberal” e conservadora. A autocensura é comum nos meios de comunicação controlados pela família real e os demais são submetidos ao controle dos censores do Ministério da Informação. Jornalistas que criticam o papel do país na guerra no Iêmen ou se opõem à normalização das relações com Israel são considerados traidores, enquanto aqueles que não seguem a linha oficial em relação ao príncipe herdeiro se tornam suspeitos.

As respostas oferecidas neste manual teórico para a prática jornalística apontam para o jornalismo como a realidade, mas uma realidade muito seletiva, construída através de inúmeros processos de interação social entre os profissionais do campo jornalístico 1) e as diversas fontes, concebidas essencialmente como agentes sociais que querem utilizar o produto social do campo jornalístico — as notícias — como um recurso social para as suas estratégias de comunicação [...] (Traquina, 2005, p. 205)

Mesmo após trazer alguns conceitos teóricos sobre o campo jornalístico, podemos observar neste e em diversos outros trabalhos que não existe apenas uma definição sobre o jornalismo, por ser uma forma de conhecimento social muito ampla e que possui diversos significados, utilidades e formas de ser feita em toda a sociedade. Mas uma indagação que fica é: se o jornalismo é uma manifestação da democracia, ele não deveria mascarar ou invisibilizar alguns sujeitos sociais e dentre eles as mulheres.

## **2.2 Jornalismo hoje, flexibilidade do trabalho jornalístico e questões de gênero**

Na graduação ou no campo de trabalho do jornalismo, podemos observar como o fazer jornalístico é fluído, ou seja, está sempre se adaptando ao que está acontecendo no mundo, e quem reafirma isso é a autora Zelizer (2014) quando diz que o jornalismo, por estar presente em todos os lugares, acaba não tendo um lugar definido. Isso porque tanto a prática quanto o estudo do jornalismo ultrapassam os limites antes reconhecidos.

Pesquisadores da área chamam o que estamos vivenciando de “quinta geração do jornalismo”<sup>5</sup>, ou “jornalismo digital”, que é, basicamente, o jornalismo de hoje. E é nesta condição que este tópico será desenvolvido. Engana-se quem pensa que o jornalismo da quinta geração, ou jornalismo digital, surgiu agora. Como aponta Suzana Barbosa (2013), o fenômeno da convergência vem sendo abordado sob diferentes perspectivas desde a década de 70. O digital passa a ser a matriz predominante do jornalismo com a expansão das conexões em rede, surgimento da web, entre outros.

Mas, Barcelos (2019) nos mostra que estamos caminhando para a sexta geração: o jornalismo ubíquo, baseado no conceito apresentado pelo pesquisador espanhol Ramón Salaverría (2016). O jornalismo ubíquo significa que o fazer jornalístico não se limita mais às interfaces tradicionais e está disponível para as pessoas a todo momento e em qualquer lugar, adaptando-se aos interesses e necessidades do público, do jornalista, produtores, da sociedade e até mesmo das empresas de comunicação.

---

<sup>5</sup>Há, na academia, quem diga que estamos na sexta geração, como os pesquisadores Mark Deuze, Jeff Jarvis e Amy Webb.

Entre as características previstas neste modelo preponderam novos dispositivos, como os wearables (dispositivos computacionais vestíveis, como óculos de Realidade Virtual e smartwatches), a própria narrativa imersiva (Longhi, 2017; Domingues, 2018), a narrativa transmídia para múltiplas telas (Scolari, 2018), os laboratórios de mídia que testam e experimentam inovações, as possibilidades de geolocalização e a sensorização da informação organizada em bancos de dados, aliada, ainda, à massa de agentes/usuários cocriando conteúdos e expandindo histórias, em um inimaginável repertório território potencial a ser explorado. (Barcelos, 2019, p. 55)

Agora, a informação é personalizada e contínua, aparecendo em telas para os seus usuários, em um cenário pós-smartphone. Mas de pouco adianta toda essa modernização, se a desigualdade entre as classes sociais brasileiras não permite que a comunicação online chegue a todos os cidadãos<sup>6</sup>.

E o que caracteriza esse jornalismo digital são a convergência midiática, a interatividade, hipertextualidade, multimídia, personalização, memória, ubiquidade e a instantaneidade (Canavilhas, 2014). Aqui, exploraremos o conceito da convergência e da interatividade. A convergência no jornalismo é, segundo Salaverría, García Avilés e Masip (2010, p. 59).

Um processo multidimensional que, facilitado pela implantação generalizada das tecnologias digitais de telecomunicação, afeta o âmbito tecnológico, empresarial, profissional e editorial dos meios de comunicação, propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente separadas, permitindo que os jornalistas elaborem conteúdos para serem distribuídos através de múltiplas plataformas, mediante as linguagens próprias de cada uma. (Salaverría, Avilés, Masip, 2010, p. 59 apud Barbosa, 2013, p. 35)

Ao olharmos para a origem da imprensa no século XVIII e XIX, podemos imaginar que a disseminação da informação não era tão rápida e abrangente quanto é hoje na era da interatividade, quando tudo é feito para garantir que a informação chegue rapidamente ao público e gere mais engajamento e cliques para a empresa jornalística.

O desafio fundamental é que agora as notícias estão a ser produzidas sem as limitações do espaço físico que sustentava a organização das redações. A captação de notícias, a produção e distribuição podem, agora, ocorrer simultaneamente — e serem potencializadas. (Bradshaw, 2014, p. 116)

E quem faz o jornalismo acontecer? Quem escreve todas as atualizações diárias, reportagens, apresenta jornais, posta nas redes sociais, edita e interage com o público? O

---

<sup>6</sup>Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2019), 46,4% da população mundial (3,6 bilhões de pessoas) estão excluídas da comunicação online. E no cenário nacional 35,9% dos brasileiros não têm acesso à internet por não terem onde usar e 47,5% não utilizam a internet por ser muito caro para suas realidades. (Tic Domicílios, 2021).

jornalista. Para Deuze e Witschge (2016), o jornalismo contemporâneo é um conjunto bastante complexo e desenvolvido por grupos ou equipes envolvendo tanto jornalistas profissionais, quanto outros atores de áreas afins, como programadores, designers e profissionais de marketing.

Os jornalistas, atualmente, trabalham na era do jornalismo ubíquo e multimídia. O trabalho atual da indústria jornalística é baseado em uma flexibilidade funcional, e, dentro dessa flexibilidade, temos o núcleo multiquificado, composto por profissionais que desfrutam de estabilidade no emprego, sendo predominantemente pessoas que atuam nas redações há um longo período. Por outro lado, o amplo conjunto de profissionais refere-se aos jornalistas terceirizados (incluindo assessores, social media, entre outros) que possuem contratos de curto prazo ou trabalham informalmente. Esse conjunto consiste principalmente em prestadores de serviços individuais independentes que colaboram em uma “ecologia de projetos”. (Deuze; Witschge, 2016, p. 9).

Com esse tipo de “divisão de trabalho”, os jornalistas são uma força multitarefa, ou seja, realizam atividades diferentes, até mesmo funções que não são originais do trabalho jornalístico e sim do design, publicidade e demais. Deuze e Witschge (2016) parafraseiam, inclusive, que os profissionais têm, hoje em dia, no jornalismo, cada vez mais contratos, não carreiras, e o estresse e o burnout<sup>7</sup> estão em ascensão (Reinardy, 2011; O’Donnell, Zion, Sherwood, 2015 apud Deuze; Witschge, 2016) pois a quantidade de jornalistas assalariados e contratados trabalhando no ambiente da redação é decrescente e o número de demissões no jornalismo não foi nada surpreendente na última década<sup>8</sup> (Deuze; Witschge, 2016).

Para Zelizer (2015), o jornalismo tem um papel crucial em auxiliar as pessoas a entenderem suas vidas cotidianas, bem como as formas como se conectam ao corpo político mais amplo. Em virtude disso, a importância do jornalismo cresce exponencialmente, mas, ao mesmo tempo, conforme apontado por Lopez e Souza (2019), a lógica capitalista que comprime a noção de tempo e espaço leva a uma produção de notícias cada vez mais acelerada, o que resulta na predominância de matérias mais curtas e diretas, apresentadas como objetivas pelo jornalismo. No entanto, a extensão dessas notícias também pode ser um critério a ser avaliado para se compreender o discurso jornalístico em relação às questões de gênero.

---

<sup>7</sup>Burnout é um tipo de estresse ocupacional que acomete profissionais envolvidos com qualquer tipo de cuidado em uma relação de atenção direta, contínua e altamente emocional. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/hfg8JKJTYFpgCNgqLHS3ppm/?lang=pt>>. Acesso em: 29 de junho de 2023.

<sup>8</sup>Com a aplicação da MP 936 em 2020, 3.930 jornalistas tiveram seus salários reduzidos, 81 contratos suspensos e 205 demissões nas 16 bases sindicais da FENAJ espalhadas pelo Brasil. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/mp936-afeta-mais-de-4-mil-jornalistas/>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

À medida que o jornalismo se transforma, a sociedade também passa por mudanças, e uma dessas mudanças sociais que a profissão enfrenta é a feminização, ou seja, o aumento do número de mulheres jornalistas. No entanto, mesmo que as mulheres sejam maioria na profissão<sup>9</sup>, isso não garante que elas estejam representadas de maneira adequada nas notícias ou como fonte de notícias.

Então, como estão sendo colocadas nas matérias, as lutas que as mulheres enfrentam diariamente? Os espaços que elas ocupam e conquistam? Como as questões sociais estão sendo representadas nas páginas dos jornais em uma época que, mais do que nunca, é importante trazer as questões sociais à tona?

### **2.3 Definindo notícia e reportagem no jornalismo**

Faz-se necessário estudar sobre os gêneros jornalísticos quando se trata da representatividade social das mulheres no discurso jornalístico, pois ao compreendê-los, é possível analisar melhor como a representação das mulheres é construída em cada um deles. Isso permitirá uma compreensão mais aprofundada do papel das mulheres nos diversos tipos de notícias e reportagens, bem como são retratadas e abordadas pelos meios de comunicação. Além de identificar padrões e estereótipos presentes na representação da mulher na mídia. Isso permitirá uma análise crítica dos textos jornalísticos, revelando possíveis vieses e preconceitos que podem influenciar a percepção social e a construção de identidades femininas. Uma compreensão mais aprofundada dos componentes presentes nos tipos mais comuns de estruturas discursivas na prática jornalística pode resultar em um entendimento mais abrangente da própria atividade. Isso implica uma familiaridade mais extensa com as habilidades utilizadas ao longo de todo o processo, desde a criação até a divulgação do produto final (Seixas, 2009, p. 1-2).

#### **2.3.1 Formatos e gêneros jornalísticos**

Entre os formatos, temos as notícias do dia a dia, que seguem o modelo jornalístico clássico de texto escrito: *lead*, *sublead*, fontes, pirâmide invertida, etc., que podem

---

<sup>9</sup>Jornalistas no Brasil são majoritariamente mulheres (58%), brancas (68%), solteiras (53%), com até 40 anos. Disponível em: <<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/08/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.



ser encontrados, agora, em formatos *longforms*, realidade virtual e jornalismo em redes sociais.

Mas nosso trabalho analisará, principalmente, notícias do cotidiano, notícias factuais que vemos diariamente nos portais de jornais espalhados pela internet e reportagens.

A discussão em torno dos gêneros jornalísticos tem uma longa história que remonta à Grécia Antiga, com Platão e Aristóteles, até Goethe (Bertocchi, 2005). Embora essas reflexões não tenham sido inicialmente focadas no jornalismo, foi nesse período que se desenvolveram as primeiras análises profundas sobre a existência de gêneros. Mas em relação aos gêneros jornalísticos propriamente ditos, temos como um dos maiores contribuintes para o estudo, Jacques Kayser (1900–1963), no final da década de 50 do século XX.

No artigo de Kohls, Gern e Quadros (2016), é mencionado que Marques de Melo (2012) destaca a presença e crescimento do gênero opinativo nos séculos seguintes ao século XVII. Além disso, no século XX, houve um florescimento de gêneros como o interpretativo, diversional e utilitário na imprensa. No entanto, a problemática atual está centrada no século XXI, com a coexistência de todas essas modalidades de expressão jornalística em uma plataforma midiática convergente: a internet. As novas ferramentas proporcionadas pela internet fazem emergir o debate de um novo fazer jornalístico e os gêneros ganham novas definições e configurações.

Temos, então, 4 gêneros jornalísticos e suas linguagens, sendo eles (Bertocchi, 2005): **gêneros informativos** (notícias, reportagem, entrevista), **gêneros interpretativos** (análise, perfil, enquete, cronologia), **gêneros argumentativos** (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, crônica, cartas) e **gêneros instrumentais** (indicadores, cotações, roteiros, obituários, previsão do tempo, agendamentos, carta consulta).

Marques de Melo e Assis (2010) realizaram uma nova revisão para acrescentar outros gêneros. A revisão dessa classificação dos gêneros jornalísticos foi motivada pelas mudanças ocorridas nos noticiários da imprensa, conforme afirmam Marques de Melo e Assis (2010). Para eles, os gêneros e formatos jornalísticos são:

- a) jornalismo informativo: nota, notícia, reportagem e entrevista;
- b) jornalismo interpretativo: dossiê, perfil, enquete e cronologia;
- c) jornalismo opinativo: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta;
- d) jornalismo diversional: história de interesse humano e história colorida;
- e) jornalismo utilitário: indicador, cotação, roteiro e serviço.

É possível observar os momentos em que Bertocchi (2005) e Melo e Assis (2010) concordam em suas classificações, principalmente no jornalismo informativo e interpretativo. Já no que se refere ao gênero opinativo para Melo e Assis (2010), para Bertocchi seriam os argumentativos, mas a discordância é apenas semântica. A maior divergência na classificação entre os autores se vê no que Bertocchi (2005) chama de gêneros instrumentais, enquanto Melo e Assis o dividem em jornalismo diversional e utilitário.

Temos que considerar, novamente, a constante mudança que o jornalismo passa com os avanços tecnológicos, com outras linguagens já mencionadas anteriormente (audiovisual, sonoro, multimídia, entre outros). Mas esses são os gêneros mais presentes nos ambientes jornalísticos e presentes na grade curricular no curso de jornalismo da Universidade Federal do Ceará, por exemplo

Neste trabalho, consideramos as notícias e reportagens de caráter informativo apresentadas por ambos os autores, por convergirem entre si. As notícias e reportagens jornalísticas têm um impacto significativo na formação da opinião pública e na tomada de decisões. Ao examinar esses gêneros, será possível investigar como certos assuntos são apresentados, a exemplo do tema principal deste trabalho: a representatividade social da mulher no jornalismo, analisar o viés, a objetividade e subjetividade na cobertura e compreender como as mensagens propagadas podem influenciar a percepção do público.

### **2.3.2 Notícia e reportagem jornalística**

Antes de ser um modo de comunicar os fatos que ocorreram, visando informar a população sobre tudo o que acontece (quer tenham presenciado o fato ou não), a notícia era, até a Revolução Industrial, relato de acontecimentos importantes para o comércio, meios políticos e manufaturas (Lage, 2021). Apenas depois, e muito rapidamente se tornou o que é hoje para alguns autores compilados por Nilson Lage (2021). Para Neil MacNeil, notícia é uma compilação de fatos e eventos de interesse ou importância para os leitores do jornal que a publica. Já Colliers Weekly afirma que notícia é tudo aquilo que o público precisa saber, tudo que o público deseja falar. Lage (2021) ainda traz definições de Hohenberg e Ivã Tomasov.

Para Hohenberg, “os fatos que são ou não notícias variam de um dia para o outro, de país para país, de cidade a cidade e, sem dúvida, de jornal para jornal”.<sup>19</sup> Os autores marxistas destacam em geral o tratamento dado à notícia como objeto de consumo e relacionam sua crescente centralização às tendências da sociedade. “A força motriz do processo de monopolização da comunicação de massa no mundo imperialista deve ser buscada tanto nos

fatos políticos quanto econômicos”, escreve exemplarmente Ivã Tomasov. (Lage, 2021, p. 49)

Em contrapartida, Nilson Lage (2021) entende a notícia como o “relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante”. Para o autor, o “importante” se aproxima dos conceitos de verdade e interesse humano, ou seja, estes filtros separam informar crenças individuais das profissionais. Lage (2021) também apresenta o texto noticioso em forma narrativa, organizado a partir de sequências de acontecimentos. Essas sequências se relacionam temporalmente, por sucessividade, simultaneidade ou antecedência. Em paralelo ao nível narrativo, há o nível das informações importantes e um terceiro nível que são os recursos de carpintaria, sendo estes os recursos que possuem a função de manter o interesse ou a eficiência da leitura. (Lage, 2021, p. 74).

Correia (2011) apresenta uma abordagem distinta em relação à narrativa noticiosa. Seguindo as ideias de Schudson (2003), o autor argumenta que as notícias são enunciados elaborados com base nas demandas e fórmulas consagradas por organizações especializadas, mas também são histórias que buscam estabelecer um senso de comunidade e refletem a sua interação com outras formas simbólicas (Correia, 2011, p. 57). Além disso, a produção de notícias é equiparada à narrativa de uma história. (Zelizer, 2004, p. 131).

Ainda há, nos estudos de notícia, o seu viés mercadológico enquanto um produto a ser vendido pelos jornais. Com a conquista do grande público, as notícias passaram a ser artigos de consumo, sujeitas a acabamento padronizado, embaladas conforme as técnicas de marketing (Lage, 2021, p. 45). Tanto Lage (2021) quanto Medina (1978) concordam que tal transformação da notícia a fez ser hoje uma forma de comunicação de massa, ou seja, uma forma de comunicação que ocorre pela mediação de outro que multiplica a mensagem e a permite atingir um público anônimo, heterogêneo e fisicamente disperso. Exemplos dessa massa seriam, justamente, as notícias veiculadas em rádio, cinema, televisão, jornais, etc.

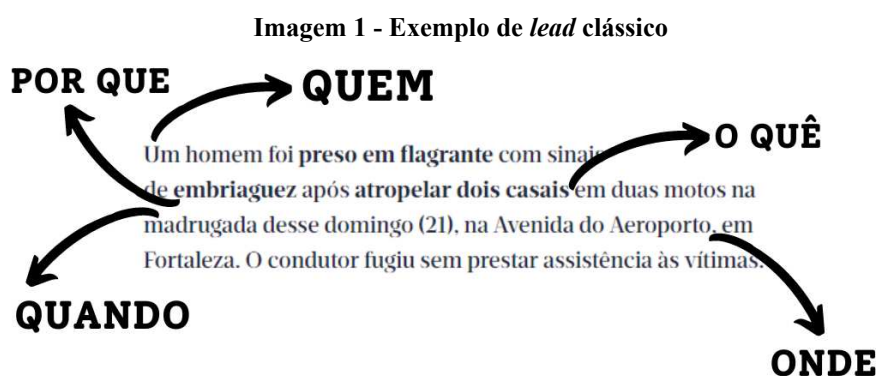
No sentido acadêmico e técnico, se referindo aos gêneros jornalísticos, notícia é um texto com características informativas e factuais. As notícias são caracterizadas pela estrutura que contém título, subtítulos e um *lead* (Correia, 2011, p. 28) e o restante do texto se desenvolve no esquema da pirâmide invertida, que consiste no método de apresentar as informações da notícia em ordem decrescente, ou seja, do mais importante ao “menos importante”. A notícia apresenta o novo e importante<sup>10</sup> para a sociedade. Para João Carlos Correia (2011), as notícias são uma representação tanto narrativa, quanto discursiva do mundo

---

<sup>10</sup>Conforme os critérios de noticiabilidade e editorial de cada veículo.

e os enquadramentos por ela vinculados estabelecem algumas formas como percebemos o mundo.

O *lead* pretende, então, antecipar as informações mais importantes da notícia e despertar o interesse do leitor para que ele continue lendo o restante. Comparado ao relato oral de uma informação nova e interessante, o *lead* situa essa informação no tempo e no espaço, e formaliza os elementos ou aspectos do fato relatado em termos de denominações. Presume-se que ele contenha o fato principal da série que compõe a notícia (LAGE, 2005, p. 73). Estruturalmente, o *lead* clássico responde os seguintes elementos informativos: **quem/o que, fez o quê, quando, onde, como, porque/para que**, claro que diariamente, cada veículo e cada formato jornalístico adapta para o seu editorial e em diversas ordens, mas, basicamente, o parágrafo inicial da notícia deve informar esses tópicos (Lage, 2005, p. 75). Um exemplo de *lead* clássico poderia ser:



Fonte: Diário do Nordeste<sup>11</sup>

Ainda existe o *lead resumo*. Recorre-se a ele nas coberturas de eventos em que várias informações de destaque, com certo grau de equivalência, precisam ser condensadas em uma única matéria de jornalismo impresso diário. Essa prática se dá especialmente em situações que exigem o cumprimento do ciclo de 24 horas de cobertura pelo veículo. (Lage, 2005, p. 76). Um exemplo:

**Imagem 2 - Exemplo de *lead* resumo**

O primeiro ataque a escolas de que se tem notícia no Brasil ocorreu 21 anos atrás e, desde então, houve outros 23 casos parecidos. No total, os episódios fizeram 137 vítimas e 45 pessoas morreram. Os dados foram apurados pelo Instituto Sou da Paz, em um mapeamento inédito divulgado hoje (22).

<sup>11</sup>Trecho retirado de notícia do jornal Diário do Nordeste. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/homem-e-preso-com-sinais-de-embriaguez-por-atropelar-dois-casais-na-avenida-do-aeroporto-1.3371981>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

Fonte: Jornal O Povo<sup>12</sup>

O *lead flash* é basicamente uma frase curta que inicia o texto. Usaremos o exemplo que Lage (2005) também usa: **“Um homem foi crucificado na Arábia Saudita. Acusado de matar a mãe, Ahmed Mustafá sofreu a pena imposta a Cristo em algum lugar do moderno reino dos Saud, sem testemunhas. A pena foi aplicada há oito dias e não se informou qual a duração do suplício”**.

Por último, Nilson Lage (2005) apresenta o *lead* narrativo, ele define esse tipo como o oposto do clássico, pois não começa pela informação mais importante, a narração se alinha por fatos que conduzem até o clímax. Exemplo:

### Imagem 3 - Exemplo de *lead* narrativo

anais da brutalidade

## AS NOVAS CARAS DO NEONAZISMO NO BRASIL

Disfarçada de encenações e fantasias ingênuas, a higienização da memória move suas peças no tabuleiro do ódio

Felipe Poroger e Pedro Beresin | 23 jun 2023, 13h21



**V**ocê já viu os discursos do Hitler? Já viu como ele usava a música, uma orquestra toda no palco? É um trecho incrível, vi num vídeo de história do YouTube. Me interessa muito a história do nazismo e do Hitler. Eu sei que ele fez coisas erradas, mas não dá para negar: o cara era genial.

O rapaz estava lá para estofar um sofá. Mas achou por bem puxar papo, enquanto realizava sua tarefa. Dentre todos os assuntos possíveis, por que não partilhar a sua mais recente descoberta sobre Hitler?

O estofador não sabia, mas conversava com um judeu. Sobre as atrocidades, a barbárie, o horror, nada foi dito. Na fala sobre discursos e música, lá estava a imagem de Hitler ressignificada e limpa. Enquanto passava pano no sofá, sem se dar conta passava também pano na história.

Fonte: Revista Piauí<sup>13</sup>

Após o *lead*, o desenvolvimento também varia de acordo com cada portal de notícias e suas instruções em manuais de redação, por exemplo. Porém, um dos esquemas que o jornalismo ainda segue é o da pirâmide invertida. Essa técnica se resume em escrever o texto de forma que a notícia comece pelos dados mais importantes, o *lead*, seguidos de informações complementares, que podem ser organizadas em níveis decrescentes de interesse (Canavilhas, 2007, p. 5).

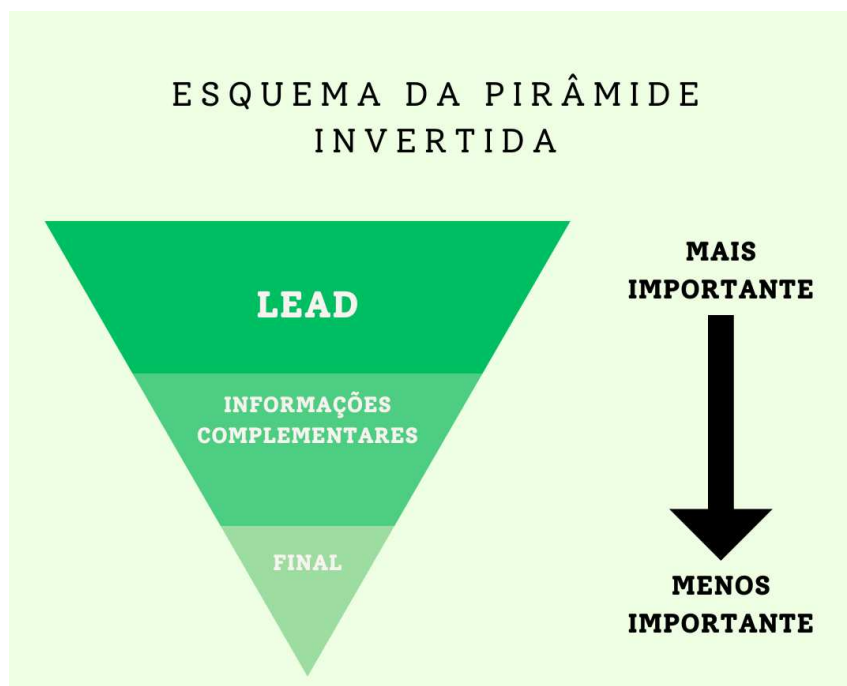
### Imagem 4 - Esquema da pirâmide invertida

<sup>12</sup>Trecho retirado de notícia real do jornal O Povo. Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2023/05/22/brasil-teve-23-ataques-a-escolas-mais-da-metade-nos-ultimos-4-anos.html>>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

<sup>13</sup>Trecho retirado de notícia real da Revista Piauí. Disponível em:

<<https://piaui.folha.uol.com.br/as-novas-caras-do-neonazismo-no-brasil/>>. Acesso em: 29 de junho de 2023.



Fonte: Baseado no conceito de Canavilhas (2007)

Nilson Lage (2005) sugere que o restante do texto seja desenvolvido da seguinte forma:

No Brasil, após o *lead*, é costume redigir um segundo parágrafo, com informações adicionais, formando um *lead* secundário, ou *sublead*. Por exemplo, no caso da notícia do terremoto, entrariam os esforços para socorrer os sobreviventes; na notícia sobre o arquiteto Praxedes, a informação de que ele tem pavor de viajar de avião. Antes do terceiro parágrafo, nas notícias de mais de três parágrafos, costuma-se colocar o primeiro entretítulo (ou intertítulo). Entretítulos são, depois, enxertados à medida que se muda de assunto, ou em intervalos de três a cinco parágrafos gráficos. Para o desenvolvimento de uma notícia, consideram-se os papéis temáticos do *lead*. (Lage, 2005, p. 77)

Utilizando um exemplo: “Abby Choi, conhecida socialite de Hong Kong, foi brutalmente assassinada, resultando em um impasse na herança de sua fortuna estimada em US\$ 51 milhões para seus quatro filhos. Seu ex-marido, Alex Kwong, juntamente com seu pai, mãe e irmão, foram presos e acusados pelo crime.”<sup>14</sup>

No *lead* possuímos um crime, uma vítima (Abby Choi), suspeitos (ex-marido, pai, mãe e irmão) e um objeto (sua herança). Seguindo a lógica de Lage (2005), o texto se desenvolveria seguindo cada papel temático desses como um tópico, para o desenvolvimento. Assim, o primeiro tópico poderia ser o crime; o segundo, a vítima; o terceiro, os suspeitos; a herança e então o fechamento da notícia.

<sup>14</sup>Trecho retirado de material original do portal Asia On. Disponível em: <<https://asiaon.com.br/filhos-da-socialite-assassinada-abby-choi-podem-levar-ate-5-anos-para-receber-heranca/>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

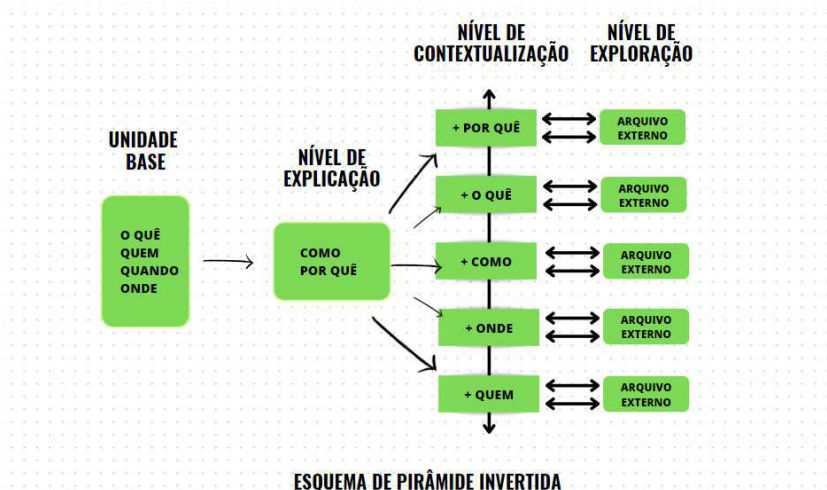
Porém, como João Canavilhas (2007) sugere, a técnica da pirâmide invertida tem levantado questionamentos nos meios profissionais e acadêmicos. Isso acontece por conta do *webjornalismo* ou jornalismo digital, pois o espaço disponível em um portal de notícias online deixa de ser limitado, e possui uma característica chamada hipertextualidade. Essa função permite que o leitor defina seus percursos de leitura, que podem ser infinitos.

Apesar da pirâmide invertida ser eficaz, ela transforma o trabalho jornalístico em uma rotina, sem espaço para a criatividade e a leitura completa de uma notícia pouco atrativa (Canavilhas, 2007, p. 6). Com o advento do jornalismo na era digital, o esquema textual foi se atualizando. Para Salaverría (2005) a pirâmide invertida é uma técnica limitadora quando falamos de outros gêneros jornalísticos que podem ter vantagens ao utilizar o hipertexto. Segundo Canavilhas (2014, p. 4-6), o texto vai além de um simples conjunto de palavras ou frases organizadas de acordo com regras preestabelecidas. Ele se transforma em um tecido informativo composto por blocos de informações interligados por meio de hiperlinks, ou seja, em um hipertexto.

O autor baseia-se nas definições de Ted Nelson (1992), que descreve o hipertexto como uma série de blocos de texto conectados por links, criando diferentes trajetórias para os leitores, e também nas definições de Lévy (1993), que conceitua o hipertexto como um conjunto de nós (palavras, páginas, imagens, gráficos, etc.) interligados por hiperlinks, permitindo ao leitor traçar seu próprio caminho de leitura em uma rede mais ou menos complexa.

E o que valoriza essa hipertextualidade é a teoria da pirâmide deitada, pois nesse esquema, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura por meio de ligações entre grandes e pequenos textos e diversos elementos multimídia organizados em camadas de informação. Ao contrário do que acontece na Pirâmide Invertida, onde o mais importante está no topo, aqui o mais importante está lado a lado (ocupando um espaço tridimensional e nem sempre visível na tela) com outras informações. (Mielniczuk, 2005, p. 11)

#### **Imagem 5 - Esquema da pirâmide deitada**



Fonte: Canavilhas (2007)

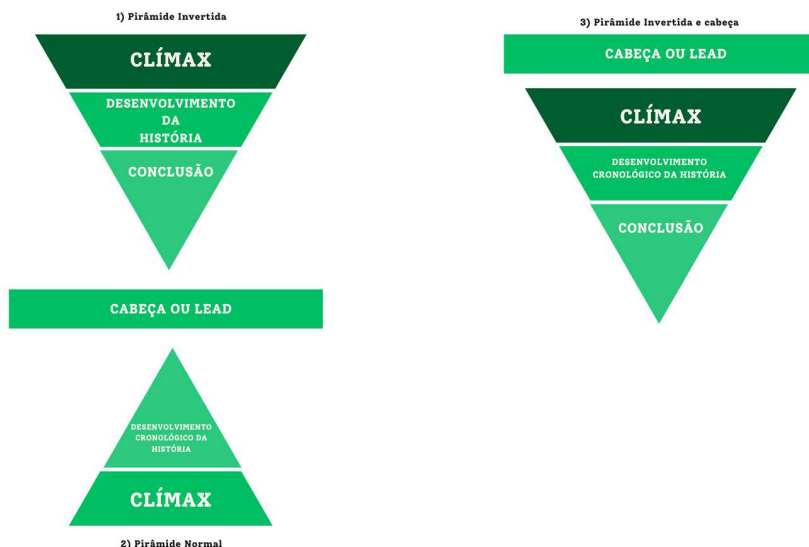
Diversos esquemas estruturais, incluindo aqueles baseados em pirâmides, são empregados não apenas no formato notícia, mas também na reportagem jornalística. Como apontado por Bahia (2009), a reportagem pode ser composta por elementos distintos, como o título, o primeiro parágrafo (ou *lead*), e o desenvolvimento da história, que narram os eventos subsequentes.

Segundo o autor, as reportagens podem ser organizadas de diversas maneiras: 1) utilizando a estrutura piramidal, em que o *lead* é responsável por apresentar o aspecto mais dramático, seguido pela narrativa cronológica dos fatos; 2) seguindo uma ordem cronológica, na qual os eventos são narrados sequencialmente; e 3) adotando um formato de clímax ou remate incisivo, que combina elementos de maior relevância com a sequência temporal. Nesse último caso, é atribuído ao primeiro parágrafo o ângulo mais impactante, seguido pela continuidade cronológica da narrativa. (Bahia, 2009, p. 64)

Bahia (2009) também sugere a aplicação de diferentes estruturas piramidais, que se dividem em três tipos: a pirâmide invertida com estrutura em clímax, desenvolvimento da história e conclusão; a pirâmide normal, que consiste em *lead*, desenvolvimento cronológico da história e clímax; e a pirâmide invertida e cabeça, uma combinação entre a reportagem de importância cronológica, com o ângulo mais atual e relevante sobreposto no primeiro parágrafo.

**Imagem 6 - Estruturas piramidais segundo Bahia (2009)**





Fonte: Bahia (2009)

O autor enfatiza, no entanto, que esses aspectos estruturais não são os únicos elementos determinantes na organização de uma reportagem. Outros requisitos, como a linguagem clara, a fidelidade aos fatos e a veracidade das informações, também são essenciais para manter o interesse do leitor.

O salto da notícia para a reportagem se dá no momento em que é preciso ir além da notificação — em que a notícia deixa de ser sinônimo de nota — e se situa no detalhamento, no questionamento de causa e efeito, na interpretação e no impacto, adquirindo uma nova dimensão narrativa e ética (Bahia, 2009, p. 61).

Por usarem uma estrutura parecida, por algum tempo, era difícil definir a reportagem e a separar da notícia, uma vez que a reportagem pode ser um complemento de uma notícia (atualmente seria uma suíte) ou partir de situações que não sejam notícias, mas que sejam de interesse público como violência contra mulheres, cuidados com a saúde, pautas do meio ambiente, etc. (Lage, 2021).

Do ponto de vista da produção, Lage (2021) classifica a reportagem em três tipos: investigativa, que parte de um fato para revelar outros; interpretativa, que observa os fatos sob a perspectiva de uma determinada ciência, geralmente sociológica ou econômica; e um tipo que visa capturar a essência de um fenômeno, aplicando técnicas literárias na construção de situações e episódios narrados.

Segundo Lage (2005), a reportagem é “um gênero jornalístico que envolve o levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos”. Ele acrescenta que a notícia e a reportagem se diferenciam a partir do

projeto de texto, ou pauta. As pautas para notícias decorrem de fatos programados, eventos em sequência e com desdobramentos esperados. Já para a reportagem, Lage (2005) afirma que “os assuntos estão sempre disponíveis, podendo ou não ser atualizados por um acontecimento”. Quanto à pauta da reportagem, ela deve indicar como o assunto será abordado, o tipo e quantidade de ilustrações, o tempo de apuração, o tamanho e estilo do texto, e os deslocamentos da equipe.

Lage (2005) também diferencia a reportagem da notícia por meio do estilo. A reportagem possui um estilo menos rígido, havendo casos em que o repórter pode usar a primeira pessoa no tempo verbal. Ele acrescenta haver reportagens nas quais a investigação e o levantamento de dados predominam, enquanto outras privilegiam a interpretação.

Autores como Gonçalves, Santos e Renó (2015) afirmam que a reportagem é o resultado de um processo de seleção constante. Esse processo envolve escolher o tema, as fontes de informação, as palavras utilizadas e o estilo de narrativa adequado para a abordagem proposta. Em cada decisão e na forma como as informações são organizadas, é possível encontrar traços da subjetividade do jornalista, que não é explicitamente revelada, mas se manifesta por meio das escolhas feitas e do tom utilizado ao relatar ou comentar os fatos. (Gonçalves, Santos, Renó, 2015, p. 228)

Quanto às formas de classificação tipológica da reportagem, é importante observar alguns autores citados por Gonçalves, Santos e Renó (2015): Yanes (2004), Chaparro (1998), Kindermann (2003), Machado (2012), Coimbra (1993) e os próprios autores Gonçalves, Santos e Renó (2015) em seu artigo “Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo”. Mas, para este trabalho, consideraremos a classificação de Kindermann (2003) por se adequar de forma mais consistente às reportagens contemporâneas. A autora classifica os tipos de reportagem da seguinte forma:

**Tabela 1** - Classificação de **reportagem** segundo Kindermann (2003)

Classificação	Definição
Reportagem de aprofundamento da notícia (RAN)	Composta por cinco etapas distintas. Inicialmente, há uma orientação ao leitor para identificar o tema principal da reportagem. Em seguida, ocorre o desdobramento do fato principal, fornecendo mais detalhes e aprofundamento sobre o assunto em questão. A reportagem então direciona o foco para aspectos específicos relacionados ao fato principal, explorando eventos e elementos que possam estar interligados. Por fim, são apresentados eventos adicionais que se relacionam ao desdobramento do fato principal, complementando a narrativa e proporcionando uma visão abrangente da situação.
Reportagem a partir de entrevista (REN)	A reportagem no estilo REN segue uma estrutura composta por cinco etapas. Inicialmente, há uma orientação ao leitor para identificar o tema principal abordado

	na entrevista. Em seguida, é feito um relato detalhado do conteúdo da entrevista, transmitindo as informações-chave para o leitor. O fato principal é então apresentado, fornecendo um ponto focal claro para a reportagem. Na sequência, são oferecidos detalhes adicionais da entrevista, fornecendo maior contexto e enriquecendo a narrativa. Por fim, são descritas as características e informações relevantes sobre os entrevistados, contribuindo para uma compreensão mais completa do tema.
Reportagem de pesquisa (RPE)	A reportagem no estilo RPE segue uma estrutura composta por quatro etapas. Inicialmente, ocorre uma orientação ao leitor para identificar o tema principal da reportagem. Em seguida, é feito um relato detalhado da pesquisa em si, transmitindo suas descobertas e resultados relevantes. A pesquisa é então explorada em maior profundidade, fornecendo uma visão mais abrangente sobre o assunto em questão. Por fim, a reportagem fecha com uma conclusão que sintetiza as informações apresentadas e encerra o relato da pesquisa consistentemente.
Reportagem retrospectiva (RRE)	A RRE segue uma estrutura composta por cinco etapas. Inicialmente, há uma orientação ao leitor para identificar o tema principal da reportagem. Em seguida, é realizada uma introdução que apresenta o histórico do fato principal, contextualizando-o adequadamente. Posteriormente, são fornecidos detalhes e comentários sobre os fatos narrados, oferecendo uma análise mais aprofundada e reflexões sobre o tema abordado. A reportagem retrospectiva proporcionará uma visão ampla e cronologicamente organizada dos eventos, permitindo ao leitor compreender o desenvolvimento e as implicações dos acontecimentos.

**Fonte:** Gonçalves, Santos, Renó, 2015, p. 6 apud Kindermann (2003)

Na contemporaneidade, observamos o surgimento da web reportagem e da reportagem transmídia, conceitos abordados por Gonçalves, Santos e Renó (2015). A web reportagem está intrinsecamente ligada às características do ambiente digital, como interatividade, multimídia e hiperlinks, sendo também conhecida como “reportagem multimídia”, “narrativa multimídia” ou “especial multimídia”.

De acordo com Longhi (2010, p. 159 – 160), a web reportagem é uma forma de “grande reportagem” que combina diversos formatos de linguagem multimídia, como entrevistas, documentários, infográficos, opiniões, críticas e pesquisas, em um pacote de informações interativo e com múltiplas linhas narrativas. Nesse contexto, a web reportagem possibilita a criação de hipernarrativas, nas quais o usuário se torna um participante ativo.

Por sua vez, a linguagem transmídia encontra-se em sintonia com os conceitos de reportagem discutidos neste texto. Trata-se de uma narrativa que engloba “conteúdos produzidos por diferentes plataformas linguísticas, relacionadas entre si, e que, em conjunto, constroem um novo conteúdo com um significado cognitivo renovado” (Renó, Flores, 2012, p. 82, tradução livre). Além disso, esses conteúdos devem circular nas redes sociais e, preferencialmente, serem adaptados para dispositivos móveis. Assim, espaços como a internet e as redes sociais desempenham um papel fundamental na produção e disseminação de conteúdos multiplataforma.

Por último, mas não menos importante, uma reportagem e uma notícia precisam ter informações de fontes. As fontes são, para Lage (2001), instituições ou personagens que testemunharam ou participaram de algum evento noticioso e que podem fornecer informação para o jornalista.

As fontes podem ser divididas em (Lage, 2001):

**(1) Oficiais, oficiosas e independentes** — **As fontes oficiais** são mantidas pelo Estado ou por instituições que possuem algum poder estatal, como juntas comerciais e cartórios. Elas são consideradas autoridades, com a capacidade de fornecer informações oficiais e respaldadas pelo poder institucional. **As fontes oficiosas**, por outro lado, estão ligadas a entidades ou indivíduos, mas não têm autorização para falar em nome deles. Embora sejam reconhecidas como relacionadas a uma determinada entidade, suas declarações podem ser desmentidas posteriormente. **Já as fontes independentes** são desvinculadas de relações de poder ou interesses específicos. Elas podem oferecer perspectivas imparciais e não têm vínculos institucionais que possam influenciar suas declarações.

**(2) Primárias e secundárias** — **As fontes primárias** são aquelas que o jornalista se baseia para obter informações essenciais em uma matéria. Elas fornecem fatos, versões dos eventos e números relevantes. Geralmente, as fontes primárias são pessoas diretamente envolvidas no assunto, como testemunhas, especialistas, autoridades ou indivíduos relacionados aos acontecimentos reportados. Do outro lado, **as fontes secundárias** são consultadas para auxiliar na preparação da pauta ou na construção de um contexto mais amplo. Elas fornecem informações gerais, dados estatísticos, opiniões de especialistas, análises históricas ou interpretações de eventos passados. As fontes secundárias podem incluir relatórios governamentais, estudos acadêmicos, livros ou artigos de revistas especializadas.

**(3) Testemunhas e experts** — O **testemunho** de uma pessoa é frequentemente influenciado pela emoção e pela perspectiva pessoal. O indivíduo pode testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha específica, tendo acesso apenas a fragmentos dos eventos, seja do lado vencedor ou vencido, identificando-se com as vítimas ou com os agressores. Os **experts** são frequentemente utilizados como fontes secundárias, buscadas para fornecer versões ou interpretações dos eventos.

É conveniente ouvir mais de um especialista e variar os especialistas que se ouvem — evitando, por exemplo, que a interpretação de matérias sobre direito tributário seja sempre a de um assessor de grandes empresas, do governo ou de um grupo de sindicatos. [...] É só confiar inteiramente em histórias contadas por três fontes que não se conhecem nem trocaram informações entre si. Toma-se como verdade, aí, o que é o mínimo comum aos três relatos, separando o que é fato do que é versão ou interpretação. O

testemunho singular (o que um viu e outro não) deve ter a fonte citada. (Lage, 2001, p. 29 – 30)

Independente do formato jornalístico, seja notícia ou reportagem, dois aspectos são indispensáveis para os dois: os valores-notícia e a subjetividade jornalística. Se o jornalismo se atualiza com a sociedade e seus avanços tecnológicos, ele também altera os seus conceitos de notícias e o que levam as notícias a serem o que são. Critérios de noticiabilidade, formatos, entre outros.

## 2.4 Pensando valores-notícia e subjetividade jornalística

Os valores notícia começaram a ser estudados por Walter Lippmann (1889 – 1974) em seu livro “*Public Opinion*” (1922), mas os estudiosos pioneiros foram Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (1965) e seu artigo “*The Structure of Foreign News*”. Lippmann (1922) não apresenta diretamente o termo valores notícia em seu livro, na verdade, ele fala que a imprensa desempenha um papel crucial na formação da opinião pública, mas que essa formação é influenciada por diversos fatores, como os valores, as crenças e as percepções dos jornalistas. (Silva, 2005, p. 99)

No Brasil, uma das referências para se pensar critérios de noticiabilidade é Nelson Traquina. Traquina (2020) separa os critérios em duas categorias propostas por Mauro Wolf anteriormente: “**seleção**” e “**construção**”, e cada uma possui subdivisões. Antes do processo de produção das notícias, reportagens e demais formatos jornalísticos, são usados os critérios de seleção, subdivididos em “**substantivos**” e “**contextuais**”.

Os substantivos dizem respeito ao acontecimento que será reportado, e os contextuais a como esse acontecimento se apresenta no jornalismo, ou seja, a capacidade desse acontecimento ser relatado através das técnicas jornalísticas. Entre os critérios de **seleção substantivos**, destacam-se: **(1) a morte, (2) a notoriedade do elemento principal do acontecimento, (3) a proximidade (geográfica e cultural), (4) relevância, (5) novidade, (6) tempo, (7) notabilidade e (8) inesperado**

Já os valores de **seleção substantivos** estão **(9) conflito e (10) infração**.

Passando para os valores-notícia de **seleção contextuais**, tem-se **(11) disponibilidade, (12) equilíbrio, (13) visualidade, (14) concorrência e (15) dia noticioso**. Os critérios de noticiabilidade de **construção** são: **(16) simplificação, (17) amplificação, (18) relevância, (19) personalização e (20) dramatização**.

Imagem 7 - Critérios de noticiabilidade segundo Traquina (2020)<sup>15</sup>

<p>Política</p> <p><b>André Figueiredo deve se licenciar do PDT Ceará e abrir espaço para Cid</b>(3)(2)</p>		<p>Vida&amp;Arte <b>(6)(19)</b></p> <p><b>Cachorro de Zé Celso Martínez ganha alta após incêndio em apartamento</b></p>	<p>Política <b>(9)(2)</b></p> <p><b>Lula rebate Carlos Alberto após apresentador criticá-lo por não ter diploma</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Enquanto PDT briga, cúpula do CE participa de homenagem à preterida Izolda</li> <li>Crise no PDT: Queiroz Filho rebate fala de Ivo contra RC e aponta "preconceito"</li> </ul>		<p>Política <b>(7)</b></p> <p><b>Precatório Fundef: valor que professores recebem na 2ª parcela é divulgado</b></p>	<p>Política <b>(9)</b></p> <p><b>Deputado petista manda outro 'virar homem' e causa briga na Câmara</b></p>
<p>Política <b>(2)</b></p> <p><b>Com Bolsonaro inelegível, PL entra na briga de cargos e ganha Dnit</b></p>		<p>Política <b>(3)</b></p> <p><b>Quem são os pré-candidatos à Prefeitura de Sobral até agora</b></p>	<p>Vida&amp;Arte <b>(10)</b></p> <p><b>Globo deverá pagar R\$ 9 milhões de indenização a ex-apresentador</b></p>

Fonte: Traquina (2020)

Galtung e Ruge (1965) propõem que os jornalistas selecionam as notícias com base em critérios como a proximidade, a novidade, a negatividade, a personalização, a dramatização e a simplificação. No entanto, é importante ressaltar que outros pesquisadores criticaram alguns critérios e acrescentaram novos elementos, ampliando a variedade de aspectos que precisam ser considerados ao se publicar uma notícia.

De acordo com Silva (2005, p. 95), existem três instâncias que devem ser consideradas na produção de uma notícia. **(1)** A primeira se refere à seleção primária dos fatos e aos valores-notícia que incluem atributos como conflito, curiosidade, tragédia e proximidade. **(2)** A segunda instância está relacionada à seleção hierárquica dos fatos e à produção da notícia, considerando desde as condições organizacionais e materiais até a cultura profissional e a relação entre jornalista, fonte e receptor. **(3)** Já a terceira está baseada em fundamentos ético-epistemológicos, tais como a objetividade, a verdade e o interesse público, que devem ser considerados na visão dos fatos apresentados.

<sup>15</sup>Captura de tela da página inicial do portal de notícias OPovo. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/>>. Acesso em: 05 de julho de 2023.

Imagem 8 - Instâncias para produzir uma notícia segundo Silva (2005)<sup>16</sup>

## Draco prende 104 integrantes de organizações criminosas nos primeiros seis meses de 2023

<p><b>(1)</b></p> <p>A Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco), da Polícia Civil do Ceará, realizou <b>104 prisões de integrantes de organizações criminosas</b> no período de janeiro a junho de 2023. Destes, 13 são apontados nas investigações como <b>chefes dos grupos criminosos</b>.</p> <p>Os números foram repassados pela delegacia especializada durante coletiva na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS), na manhã desta terça-feira, 4.</p>	<p><b>(2)</b></p> <p>Outra prisão, registrada na quinta-feira, 29, de Antônio Gilliard Oliveira dos Santos, 40 anos, aconteceu no bairro Maraponga. A ação da Polícia Civil com apoio da Coordenadoria de Inteligência (Coin) cumpriu mandado de prisão em desfavor do suspeito, que possuía quatro mandados de prisão em aberto.</p> <p>A extensa ficha de Gilliard possui crimes de homicídio, integrar organização criminosa, posse e porte ilegal de arma de fogo. Além disso, ele também possuía antecedentes por tráfico de drogas, roubo, corrupção de menor, resistência, dano e adulteração de chassi e crimes de trânsito. As investigações da Draco apontam que ele era responsável por todas as decisões das ações criminosas no município de Mulungu, no Ceará.</p>
<p>Conforme o titular da Draco, Alisson Gomes, o balanço é parcial e além das prisões, <b>mais de R\$ 2 milhões foram bloqueados e sequestrados</b> a partir das investigações da especializada neste semestre, em veículos apreendidos e valores sequestrados. As ações reforçam a estratégia de retirar os criminosos de circulação e retirar os bens oriundos de práticas ilícitas. <b>(2)</b></p> <p>A especializada tem intensificado as ações dentro da estratégia da SSPDS e da Polícia Civil. Conforme o delegado, a Draco mapeou esses grupos no intuito de entender toda a estrutura hierárquica e seus integrantes. "Prioritariamente os seus líderes, que são quem efetivamente coordenam as atividades criminosas", aponta o titular.</p> <p>Dentre as prisões destacadas está a de um homem apontado como integrante de organização criminosa com atuação em <b>Maracanaú</b>. Ele foi <b>preso em um condomínio de luxo</b> no Rio Grande do Norte (RN), na última sexta-feira, 30.</p> <p>Francisco Cleyton Epifânio de Sousa, também conhecido como Netim da TUF, possuía antecedentes por porte ilegal de arma de fogo, roubos, tráfico de drogas e receptação. Ele ainda é investigado por integrar organização criminosa com atuação em um condomínio residencial em Maracanaú. Com ele, os policiais civis encontraram uma pistola calibre 9mm, três carregadores e munições, além de documentos falsos. Ele foi autuado por falsificação de documento público e posse ilegal de arma de fogo.</p>	<p><b>Relembre prisões da Draco</b></p> <p>Daniilo de Sousa Rios, conhecido como Ferrari, apontado como chefe de organização criminosa em Itapipoca, no Ceará, foi preso em Santa Catarina. As investigações mostraram que ele fugiu para outro estado após sair da facção que integrava para participar de outra organização criminosa.</p> <p>A delegacia atuou em fraudes de concursos públicos no Ceará e desarticulou um grupo suspeito de fraudar provas do concurso público de Pacajus. Na ação três pessoas foram presas. A organização criminosa exigia aproximadamente R\$ 45 mil aos contratantes do serviço ilegal.</p> <p>Em abril deste ano, um homem apontado pela expulsão de moradores no bairro Jangurussu, em Fortaleza, também foi preso. Pedro Henrique Lima Bezerra, conhecido como Mossoró, foi detido pela Draco.</p>

Fonte: Silva (2005)

Devemos investigar a rede de critérios de noticiabilidade, compreendendo noticiabilidade (newsworthiness) como todo e qualquer fator potencialmente capaz de agir no processo da produção da notícia, desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais. (Silva, 2005, p. 96)

Para este trabalho, propomos considerar os critérios que Traquina expõe (2020) na análise que se seguirá. Entretanto, consideraremos as instâncias de Gislene Silva (2005) para auxiliar na identificação dos critérios de noticiabilidade dos textos que serão analisados. Mas antes disso, é necessário entender o cenário do jornalismo no meio feminino e suas demais conexões.

<sup>16</sup> Captura de tela de notícia publicada no jornal OPovo. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/07/04/draco-prende-104-integrantes-de-organizacoes-criminosas-nos-primeiros-seis-meses-de-2023.html>>. Acesso em: 04 de julho de 2023.



### 3 JORNALISMO E O FEMININO

Em meados dos anos 1980 até o começo dos anos 2000, a figura masculina era muito mais presente nas redações de jornais brasileiros. Dados do Ministério do Trabalho, compilados pela Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, em 2002, apontaram que em 1986, 1991 e 2001, a quantidade de homens jornalistas era sempre o dobro das mulheres.

Entre esses anos, houve aumento (50%) do número de mulheres no trabalho do jornalismo. (Fígaro, 2018, p. 570). Já em 2021, em novo estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, a profissão continua majoritariamente feminina. Das 3.100 pessoas entrevistadas, 1.793 se identificam com o gênero feminino, e 1.298 com o gênero masculino. Ainda é necessário apontar as interseccionalidades como cor/raça, classe social e questões atreladas ao gênero e sexualidade.

O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo em todo o mundo tem sido considerado como uma das mais significativas mudanças na área da mídia dos últimos 40 anos. Em São Paulo, em pouco mais de 20 anos, o número total de jornalistas registrados na Relação Anual de Informações Sociais — RAIS — (BRASIL, 2013) quase dobrou. Em 1990, havia 6.462 jornalistas trabalhando na cidade de São Paulo. Desses, 2.836 eram mulheres, correspondendo a 43,88% dos jornalistas registrados. Em 2013, o número de profissionais passou para 10.324, sendo que 5.620 eram mulheres, as quais passaram a representar 54,43% dos jornalistas que exerciam suas atividades no setor formal. (Borghini, 2017, p. 44-68).

O relatório GMMP (*Global Media Monitoring Project*) de 2020<sup>17</sup> mostra que quando comparado, a presença de mulheres e homens enquanto fontes de informação nas notícias, os homens são privilegiados em todos os tipos de mídia monitoradas. Os homens estão entre 69% (Twitter) e 74% (Rádio) das fontes ouvidas nas histórias. Também é possível perceber que quando são ouvidas, as mulheres aparecem mais vezes (59%) exercendo a função “Experiência pessoal”, ou seja, quando a pessoa “apresenta opinião baseada em sua experiência pessoal e individual”. Com a segunda maior ocorrência, o estudo identificou que a função das mulheres na história não estava clara (43%) na história e, em apenas 24% das histórias em que apareceram, as mulheres eram sujeitas das histórias, ou seja, ocupavam um lugar central na notícia.

Porém, uma área que o relatório não estudou, e não apresentou resultados, é a da interseccionalidade das mulheres. Vimos, por exemplo, que a grande maioria das mulheres jornalistas são brancas, mas enquanto fontes, não sabemos quantas são não-brancas, sua

---

<sup>17</sup>Disponível em: <<https://curtlink.com/Scq7sIm>>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.



sexualidade, sua classe social e até mesmo sua faixa etária. Essa análise tentará identificar essas características e se baseará na luta feminista, que como mencionado anteriormente, foi o pontapé inicial para essa pesquisa.

### **3.1 Notas sobre o movimento feminista**

O objetivo deste tópico não é se aprofundar sobre o movimento feminista na totalidade. E sim, apenas fazer pontuações sobre a história do movimento no Brasil e suas mudanças, para chegarmos ao feminismo contemporâneo e tratarmos da interseccionalidade.

Pinto (2003) relata a existência de três grandes ondas do feminismo brasileiro<sup>18</sup>, a primeira onda, conhecida pelo nome de sufragistas, e ela se caracteriza pela luta do direito ao voto e por direitos políticos no geral. Entretanto, essa fase foi organizada por mulheres das classes médias e altas, em sua maioria filhas de políticos ou intelectuais da sociedade brasileira que tiveram a chance de estudar em outros países, e segundo Pinto, construindo um “feminismo bem-comportado e difuso”.

O segundo estágio do movimento feminista no Brasil começou nos primeiros anos da década de 1970, durante o período do regime militar. Esse período político foi marcado pela desvalorização dos direitos civis no país e por um aumento na opressão das mulheres. Nesse contexto, as mulheres começaram a discutir abertamente temas relacionados à sua sexualidade e às relações de poder. Elas mudaram o foco da luta pela igualdade para questões legais e culturais. Grupos de mulheres que se opunham ao regime militar se formaram e consolidaram suas demandas, o que permitiu uma maior colaboração entre elas na esfera pública. Esse segundo estágio do movimento feminista, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, foi caracterizado por uma resistência contra a ditadura militar.

Ao mesmo tempo, as mulheres também lutaram contra a dominação masculina, a violência sexual e pelo direito de desfrutar do prazer. Isso aconteceu porque ainda nos anos 1960, nos Estados Unidos e na Europa, as discussões em torno do termo "mulher" ficaram mais intensas e problemáticas. Nesse período, diversos grupos de reflexão surgiram, com a

---

<sup>18</sup>A divisão histórica do feminismo por ondas não é consensual para todas as pesquisadoras. Pode-se dizer que hoje estamos vivendo a terceira onda do feminismo, influenciada pelo pensamento pós-moderno e descolonial, em que grandes pautas se mantêm em relação aos movimentos anteriores e algumas se atualizaram. Contudo, existem debates sobre o despertar de uma quarta onda principalmente no Brasil e na América Latina marcada pelo pensamento interseccional, que propõe a articulação do gênero com outros marcadores sociais como classe, raça, etnia, geração e sexualidade (Costa apud Matos, 2010). Por outro lado, é possível notar que algumas teóricas chegam a se recusar a classificar o movimento feminista por ondas, por considerarem que este olhar contempla apenas o feminismo hegemônico e desconsidera uma gama de movimentações feministas existentes fora dos países da Europa e dos Estados Unidos. (Costa, 2018)

particularidade de serem exclusivamente para mulheres, sem a presença de homens. Esses grupos abordavam as várias formas de opressão que as mulheres enfrentavam e permitiam que elas compartilhassem suas experiências e frustrações, principalmente em relação às questões privadas, além de explorarem novos aspectos relacionados à sexualidade e ao conhecimento do corpo pela primeira vez em suas vidas.

Em seguida, chegamos à terceira fase, que está relacionada à participação ativa das mulheres brasileiras no processo de redemocratização. Isso levou ao desenvolvimento do que Céli Regina Jardim Pinto (2003) chama de feminismo difuso. Nesta fase, houve um foco maior na institucionalização do movimento e na discussão das diferenças entre as próprias mulheres. Os movimentos sociais, incluindo o feminismo, tiveram que se adaptar a novas maneiras de entender a política e se organizar coletivamente. Isso resultou em quatro principais características:

a) tentativas de reformar instituições consideradas democráticas, como a criação dos Conselhos da Condição Feminina e das Delegacias de Atendimento Especializado às Mulheres;

b) esforços para reformar o Estado, com a participação ativa das mulheres na Assembleia Constituinte de 1988;

c) busca por uma reconfiguração do espaço público, com a forte participação de novos grupos no movimento de mulheres, como mulheres negras, lésbicas, indígenas e rurais;

d) uma maior especialização e profissionalização do movimento, que começou a se aproximar cuidadosamente do Estado;

Costa (2018) afirma que desde a primeira onda, essas reivindicações eram específicas para as mulheres brancas de classe média, já que as mulheres negras e pobres já desempenhavam papéis de trabalhadoras há muito tempo. As diferenças e contradições entre as mulheres foram exemplificadas de forma notável por Sojourner Truth — abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americanas — em um discurso proferido em Ohio, em 1851, quando ela desafiou a ideia de superioridade masculina e a noção de que as mulheres eram "frágeis". E, no Brasil, como vimos, essa discussão das diferenças entre as próprias mulheres do movimento só começou a acontecer na terceira onda.

Nos Estados Unidos, houve uma crítica contundente à categoria "mulher", especialmente vinda das mulheres negras, indígenas, pobres e trabalhadoras. Elas se sentiram excluídas das demandas do movimento feminista, que estava focado nas mulheres brancas de

classe média. Esse ponto de vista deu origem ao que agora chamamos de feminismo interseccional, também presente no feminismo da diferença, feminismo lésbico e feminismo negro. Esse enfoque considera os diferentes marcadores sociais e como eles se entrelaçam nas experiências das mulheres. (Costa, 2018, p.29)

Nesse contexto, percebeu-se que a identidade de gênero por si só não era suficiente para unir todas as mulheres em uma única luta. Surgiu, então, uma nova categoria, o termo "mulheres", que considerava as diversas diferenças entre as mulheres envolvidas no feminismo. Essas mulheres estavam determinadas a desafiar o movimento e apontaram a universalização das demandas, que não as incluía e não considerava suas necessidades específicas, tornando-as invisíveis. (Pedro, 2005, p. 82 apud Costa, 2018, p.29)

É importante pontuar, também, que não há só uma vertente do movimento feminista, há diversidade quanto aos princípios defendidos, tipos de abordagens e perspectivas e vários grupos que adotam posturas e ações diferentes em relações a outros grupos. Ainda assim, é necessário reavaliar e questionar quem são os sujeitos que o feminismo está representando. Excluir, por exemplo, mulheres trans, sob a alegação de que não são mulheres, contradiz o propósito fundamental do movimento feminista e reforça a biologização da mulher, um conceito refutado por Beauvoir em 1949. Se a condição de mulher não é inata, mas sim construída, a exclusão das mulheres trans do feminismo carece de sentido.

O movimento feminista juntamente com o jornalismo deve adotar uma abordagem interseccional, dando voz e representação às diversas realidades da experiência feminina. Se a meta é lutar por uma sociedade sem hierarquias de gênero, torna-se crucial priorizar a inclusão e considerar as interseções, como o racismo, a lesbofobia e a transmisoginia, como temas centrais, não periféricos.

### **3.2 O feminino como sujeito da subjetividade jornalística e da interseccionalidade**

O conceito de objetividade remonta à Filosofia Clássica Grega. No entanto, apesar da sua origem antiga, a natureza filosófica e jornalística da objetividade diferem entre si (Knoll, 2010). Para os gregos antigos, a objetividade significava descrever as coisas do mundo como elas são, sem adicionar opiniões ou juízos pessoais. Isso era chamado de “objetividade ontológica” (Ward, 2006). Embora a discussão do termo no jornalismo seja bem mais recente do que na filosofia, é possível remeter o conceito também à objetividade jornalística.

Contra-pondo-se à objetividade, surge a subjetividade, que não visa eliminar a objetividade, mas sim complementá-la. A subjetividade, em suas diversas manifestações, pode ser compreendida como um conjunto de valores, crenças e experiências pessoais que moldam a maneira como o jornalista escolhe, interpreta e apresenta informações em suas produções. Dada a natureza humana dos jornalistas, é inevitável que suas subjetividades influenciem o processo de trabalho, tornando crucial o reconhecimento e a gestão desses pontos de vista ao comunicar notícias. Adicionalmente, destaca-se a necessidade de uma reflexão constante sobre as próprias subjetividades e a importância de adotar uma abordagem ética na prática jornalística.

No debate sobre objetividade, existem diversas perspectivas entre os autores. Enquanto alguns consideram a objetividade uma falácia total, outros acreditam na viabilidade de incorporar elementos técnicos. Há também defensores da completa imparcialidade e distanciamento em relação aos fatos.

### **3.2.1 Objetividade jornalística e subjetividade feminina no jornalismo**

A ideia de objetividade no jornalismo começou a ser pensada quando o pensamento positivista estava forte no final do século XIX, nos Estados Unidos. Essa ideia buscava representar as coisas da forma mais "cientificamente válida" possível, ou seja, baseada em evidências que pudessem ser comprovadas empiricamente. A ideia por trás disso era que, para resolver os problemas do mundo moderno, as ciências sociais precisavam apresentar soluções tão claras quanto as ciências exatas, que lidam com fatos que podem ser comprovados de maneira objetiva. (Barros Filho, 2003, p. 22).

O jornalismo lida com a apresentação dos fatos e informações sobre o mundo. Os jornalistas têm a responsabilidade de coletar informações precisas e verificáveis sobre um evento e apresentá-las ao público de forma (teoricamente) imparcial. Isso é o que a objetividade jornalística defende.

Já a subjetividade surge como um “oposto” à objetividade. Veja, a subjetividade não é um ataque e não significa acabar com a objetividade necessária, que seria a apuração, checagem, entrevistas, levantamento de dados e a manutenção do que foi dito e revelado (Moraes, 2022). Para a autora Hadassa Ester David, no artigo “A Narrativa Jornalística: Objetividade Versus Subjetividade” apresentado no Congresso da Intercom em 2015, a subjetividade vai se manifestar tanto nas ousadias discursivas e na linguagem ornamentada

como também na liberdade do jornalista que assume o seu lugar de autor (a) e de observador (a) participante da história. (David, 2015).

Já a intersubjetividade é um modo particular que o jornalista tem de observar os acontecimentos, utilizando rotinas de apuração e formatos narrativos próprios, e mediando sua percepção dos fatos. Essa abordagem reconhece que a objetividade completa pode ser inalcançável, mas também visa evitar a subjetividade excessiva, criando um diálogo crítico e racional entre os envolvidos na produção e consumo da notícia.

Por exemplo, em uma reportagem sobre um evento político, o jornalista pode buscar a opinião de várias fontes com perspectivas diferentes, comparar as informações obtidas e apresentá-las de forma equilibrada e clara para o leitor.

Isso não quer dizer que só assim a verdade será encontrada, pois não existe mais a crença de que os fatos contêm uma objetividade em si, a intenção agora visa tão somente um relato equilibrado, com as várias versões do fato, por diversas fontes. É preciso apresentar a controvérsia, a diversidade, verificar e checar documentos e dados, sempre respeitando a ética. A objetividade passa a ser substituída por intersubjetividade, exigindo bom senso e honestidade. (David, 2015, p. 7)

Após expostos os conceitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade jornalística para fins de informação e inclusão dessas diversas concepções teórico-práticas (Moraes, 2022), proponho nos termos apenas no conceito da subjetividade para este trabalho.

Essa é uma crítica importante a respeito da objetividade jornalística. Isso muitas vezes resulta em uma cobertura superficial e sem contexto, que não contempla a complexidade das situações e não considera as perspectivas e experiências de grupos minoritários e marginalizados ou mesmo as interseccionalidades.

Além disso, a objetividade muitas vezes é usada como uma forma de silenciar essas vozes, já que os jornalistas podem se sentir pressionados a seguir uma narrativa dominante e a evitar abordagens que possam ser vistas como controversas ou fora do comum. Isso pode levar à perpetuação de estereótipos e preconceitos, especialmente contra mulheres e outras minorias.

Portanto, é importante que os jornalistas reconheçam a importância da subjetividade em sua prática, e que estejam dispostos a incorporar perspectivas diversas e contextos complexos em suas reportagens. Isso não significa abandonar completamente a imparcialidade e a objetividade, mas sim reconhecer suas limitações e buscar uma abordagem mais inclusiva e engajada com as questões sociais e políticas que envolvem as notícias reportadas. Um exemplo da problemática que será trabalhada aqui é este caso, que aconteceu no dia 04 de maio de 2023.

Nas imagens apresentadas, podemos observar duas capturas de tela: uma delas foi obtida através do Twitter, já que, inicialmente, não havia registro da notícia em outro lugar. Posteriormente, tanto o tweet quanto a notícia foram excluídos. A outra captura de tela foi realizada pelo próprio autor. Na primeira imagem, podemos visualizar a miniatura de uma notícia publicada no canal UOL, tratando sobre a nomeação de Nathália Rodrigues, também conhecida como Nath Finanças na internet, como a nova conselheira do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do Governo Federal.

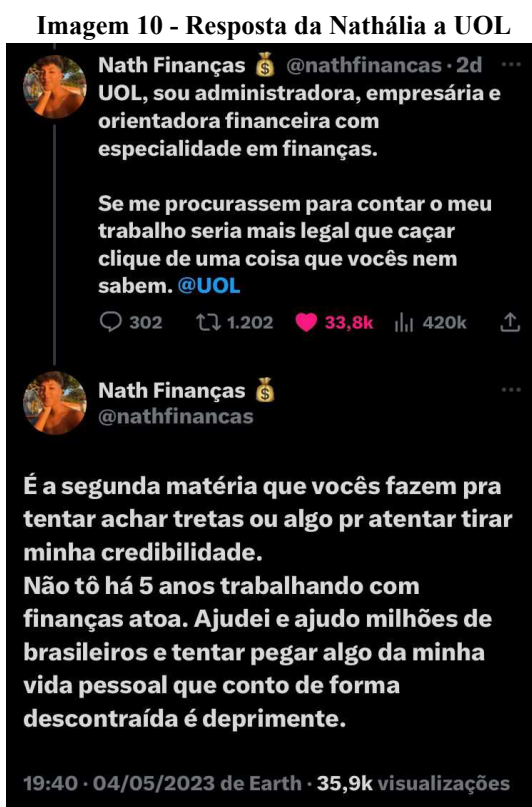


Fonte: Twitter

Essa abordagem da notícia por parte do UOL é um exemplo do problema da falsa objetividade jornalística que silencia minorias e reforça estereótipos. Ao destacar o relacionamento amoroso de Nathália com uma ex-participante do BBB, o portal de notícias ignorou a sua formação e seus feitos profissionais, reforçando a ideia de que mulheres só são valorizadas por sua aparência e no campo afetivo e emocional, enquanto suas habilidades e realizações são ignoradas. Isso contribui para a percepção de que as mulheres não podem se destacar em áreas tradicionalmente consideradas masculinas, como o campo da economia. Além disso, o fato de a cantora em questão também ser negra e ex-participante do BBB reforça a ideia de que pessoas negras só são valorizadas na mídia na área do entretenimento.

Essa abordagem “objetiva” e “imparcial” da notícia impede uma reflexão mais crítica por parte dos leitores que, muitas vezes, não têm acesso a outras informações sobre a

pessoa em questão e acabam absorvendo estereótipos e preconceitos reforçados pela mídia. É importante que o jornalismo reconheça seus vieses e não se esconda sob o discurso da objetividade, reconhecendo-se como um ponto de vista sobre a realidade e no caso acima, um ponto de vista reducionista e estereotipado, visão esta que deveria primar pela diversidade para a garantia de uma cobertura mais justa e inclusiva.



Fonte: Twitter

Se o portal tivesse optado por fazer a abordagem objetiva vista anteriormente, teria dito que a influenciadora foi nomeada para conselheira do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável do Governo Federal. Porém, optou por um viés que distorce a realidade e atrelou a vida pessoal de Nath Finanças à profissional, uma tentativa de objetificar sua imagem e gerar cliques. Uma narrativa que pode ser vista como machista e até mesmo, racista. Então, associar Nath Finanças ao entretenimento é uma maneira de buscar audiência, o que demonstra que a objetividade não é tão objetiva assim, pois a notícia foi pautada por um valor notícia de gerar engajamento e polêmica e orientada pelo objetivo de lucro da empresa jornalística.

Não é possível classificar essa notícia, somente pela manchete, como imparcial ou objetiva, quando ela traduz a realidade de forma muito parcial, a realidade de que vivemos em

um país misógino e racista<sup>19</sup>. Ora, então não é correto, na visão da velha guarda jornalística, que o jornalismo se pronuncie em suas pautas, pois será visto como militância e ativismo, mas é possível se pronunciar de forma machista e racista, sem prejudicar a objetividade jornalística? Fabiana Moraes (2022), ao citar Moretzsohn (2007), questiona o ambiente sufocante na rotina jornalística (e na academia), para materializar essa prática reflexiva e ativista do jornalismo.

A pressa, o tempo de exercício profissional e o maior espaço e profundidade nas investigações jornalísticas são assuntos importantes para pensar no resultado do conteúdo noticioso, de fato. Mas eles não explicam questões como a permanência do racismo e do classicismo comuns nos veículos diários, tampouco a exotificação de povos indígenas e nordestinas. (Moraes, 2022, p. 4-5).

Dado o exemplo anterior, a principal subjetividade que trabalharemos aqui é a da mulher (cis ou transsexual), com suas interseccionalidades para além do gênero, como raça e classe. A subjetividade feminina que trataremos aqui não é aquela discutida por Robert Stoller em 1968 (*Sex and Gender*) sobre a diferença entre sexo e gênero. E sim se as mulheres são sujeitos de direitos, vozes ativas em pautas jornalísticas, e como elas se apresentam (quando se apresentam). Afinal, a ideia de objetividade deriva de uma visão de mundo masculina.

As definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade, frequentemente incorporam a visão do mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes (Lowy, 2009, p. 40) e, podemos acrescentar, brancos. (Hirata, 2014, p. 61-62).

A interseccionalidade é, portanto, uma saída desse padrão objetivo e masculino. O que exatamente queremos descobrir se é posto em prática pelo jornalismo com este trabalho. Vamos olhar assim para a presença feminina no jornalismo e se há a presença de suas intersecções e como elas são tratadas nas páginas jornalísticas. Mas antes, é preciso discutir o que é de fato a interseccionalidade.

### 3.2.2 Interseccionalidade

---

<sup>19</sup> Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020, o país registrou 1 feminicídio a cada 7 horas. Além disso, houve um aumento de 22,2% nas denúncias de violência contra mulheres feitas pelo telefone 180 durante a pandemia. O Atlas da Violência 2021, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que o número de homicídios de mulheres negras cresceu 12,4% em dez anos.



Para falarmos sobre gênero, especificamente do gênero feminino e do movimento feminista, temos que considerar a interseccionalidade. Hirata (2014) aponta que a interseccionalidade, termo criado por Kimberlé W. Crenshaw, em 1989, ganhou destaque na literatura inglesa e, posteriormente, francesa. Sua origem remonta ao movimento conhecido como *Black Feminism*, que criticou o feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

O feminismo negro contribuiu substancialmente para o desenvolvimento do conceito de interseccionalidade no contexto do movimento feminista. Autoras como Patrícia Hill Collins (2020) e Bell Hooks (2013) questionaram a suposição de uma experiência unificada das mulheres, que estava historicamente enraizada nas experiências das mulheres brancas. Essas autoras destacaram a tensão tanto com as feministas brancas, que temiam que a desconstrução da categoria "mulher" pudesse desestabilizar o movimento feminista, quanto com os homens do movimento negro, que relutavam em reconhecer as formas de poder que o patriarcado lhes conferia.

A interseccionalidade visa considerar as múltiplas fontes de identidade. Crenshaw subdividiu essa teoria em duas categorias: a "interseccionalidade estrutural", que analisa a interação entre raça e gênero nas experiências de violência, e a "interseccionalidade política", que aborda como políticas feministas e antirracistas podem marginalizar questões relacionadas às mulheres negras.

Na interseccionalidade estrutural, podemos citar as trabalhadoras domésticas: muitas vezes elas enfrentam dupla discriminação de gênero, raça e de classe. Elas têm empregos mal remunerados e trabalham frequentemente sem benefícios ou proteção trabalhista. A intersecção de gênero e classe torna essa categoria de trabalhadoras especialmente vulnerável à exploração. Essa subdivisão fala das consequências sobre a violência conjugal e do estupro, e das respostas a essas violências.

É possível trazer essa reflexão também para a questão da mulher. Quando uma mulher é brutalmente assassinada por um companheiro e a notícia saiu em diversos veículos, suscita-se o debate sobre a violência contra a mulher e o público costuma mostrar-se indignado. Normalmente, os feminicídios que ganham uma grande repercussão em meios de comunicação de massa são os de mulheres brancas e de classe social alta, mesmo que as mulheres negras e periféricas sejam as maiores vítimas de violência no Brasil, mas elas não geram tanta empatia com o público. (Lopez, Souza, 2019, p. 26.)

Já na interseccionalidade política podemos destacar o movimento feminista negro. Uma Pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV) aponta que, no primeiro trimestre de 2023, a remuneração média das mulheres negras era de

R\$ 1.948, equivalendo a 48% do que homens brancos ganham na média, 62% do que as mulheres brancas recebem e 80% do que os homens negros ganham<sup>20</sup>. O feminismo negro luta para que mulheres negras possuam não só os benefícios que homens recebem, mas também que possuam o mesmo que mulheres brancas conquistam por meio do movimento feminista.

A interseccionalidade é essencial para uma compreensão abrangente das complexas identidades e desigualdades sociais, rejeitando a hierarquização das categorias tradicionais. Ela enfatiza a interação desses sistemas de opressão na produção e reprodução das desigualdades sociais. Esse conceito desempenha um papel fundamental neste trabalho, que busca analisar a representatividade das mulheres como fontes na cobertura jornalística contemporânea, considerando suas identidades individuais e coletivas, como raça, classe e idade, enquanto enfrentam questões de gênero. Através da lente da interseccionalidade, buscamos uma compreensão mais profunda e justa dessas questões complexas.

Afinal como pontua, Sarmiento (2020), a partir do pensamento em Young (2006):

Sujeitos marginalizados devem ser pensados mais a partir de suas perspectivas sociais do que de “um conjunto de atributos que seriam comuns a todos os seus membros”. Para ela, esses grupos guardam profundas diferenças de interesses e opiniões entre si e é por isso que olhar com as lentes da perspectiva diz de uma partilha de posicionamento sem delimitar exatamente a substância final dessa percepção. “A perspectiva é um modo de olhar os processos sociais sem determinar o que se vê”, diz Young (2006)”. (Sarmiento, 2020, p. 6. Grifos no original)

No feminismo queer, que aborda questões relacionadas à minoria LGBTQIAP+, é importante destacar a contribuição de Butler (1987). A autora argumenta que a construção do gênero historicamente se baseou em uma matriz binária de sexo, fundamentada em normas heteronormativas compulsórias. Isso levou à percepção cristalizada de que o gênero sempre existiu da maneira conforme compreendido hoje. No entanto, Butler questiona essa ideia, apontando para a existência de presenças perturbadoras, queers, nas quais os papéis de gênero e sexo não necessariamente coincidem. A defesa de Butler é que essas construções de gênero podem ser discursivamente revistas. Isso implica não haver um sujeito anterior que realize uma identidade de gênero predefinida, mas sim que essa identidade se estrutura e se manifesta à medida que é expressa discursiva e corporalmente. Portanto, esse enfoque enfatiza a necessidade de desvincular a vivência da sexualidade do paradigma binário dos aparelhos reprodutores.

---

<sup>20</sup>Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/participacao-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

No contexto da interseção de gênero e classe, Hirata (2014) destaca a introdução da ideia de articular relações entre sexo e classe na França, um marco que remonta aos anos 1970 e que culminou na criação do Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho (gedisst) em 1983. Essa abordagem representou uma importante contribuição para a compreensão das relações sociais. Nesse contexto, diversas perspectivas podem ampliar o escopo e considerar outras relações sociais para além de gênero, classe e raça, incluindo fatores como sexualidade, idade e religião. Essas abordagens convergem com a perspectiva proposta por Crenshaw.

Crenshaw (1989) foca mais na interseccionalidade entre sexo e raça, enquanto Danièle Kergoat (1978) dá ênfase na interseção entre sexo e classe (HIRATA, 2014). Ambas concordam que as formas de opressão não devem ser hierarquizadas. Isso significa que a opressão baseada em raça, gênero, classe e outras características não devem ser consideradas mais importantes ou mais fundamentais do que outras formas de opressão. Em vez disso, todas as formas de opressão devem ser consideradas igualmente importantes e devem ser abordadas inter-relacionadamente.

No artigo intitulado “Jornalismo e Estudos de Gênero: e a interseccionalidade, onde está?” para a revista *Intercom*, Claudia Lago, Evelyn Kazan e Manuela Thamani (2018) realizaram uma breve pesquisa sobre a produção discursiva na interface Jornalismo e Estudos de Gênero nos principais periódicos dedicados especificamente aos Estudos de Jornalismo (*Brazilian Journalism Research* e *Estudos de Jornalismo e Mídia*), e constataram que:

Quando iniciamos nossa pesquisa, tínhamos em mente que a perspectiva interseccional seria muito pouco explorada nos textos. Na verdade, descobrimos que ela é ignorada em alguns, mas está como pano de fundo em outros, sem ser efetivamente trabalhada. E a pergunta inicial, como acontece quando procuramos responder às perguntas, amplia-se: deixa de indagar sobre a presença da interseccionalidade para pensar nas condições de produção de pesquisas que olhem para além do que seus pesquisadores/as são capazes de perceber de imediato, a partir de seus lugares. Pesquisas que iniciem com o questionamento, por parte de seus/as agentes, de seu lugar de produção de conhecimento. (Kazan, Lago, Thamani, 2018, p. 12)

Mas será que o jornalismo tem sido interseccional? Tem colocado mulheres como fontes e/ou personagens a fim de trazê-las uma representatividade na mídia?

### **3.3 Cobertura contemporânea e mulheres**

O relatório nacional do GMMP 2020, publicado em 29 de setembro de 2020, forneceu dados sobre a presença de diversas pautas na esfera pública noticiosa no Brasil. Isso incluiu como a Covid-19 foi abordada pelos portais de notícias e nas redes sociais, bem como essas questões se relacionaram com as representações de gênero nas notícias<sup>21</sup>. Entre as 371 notícias analisadas, 245 estavam relacionadas à Covid-19, representando 66% do conteúdo.

Os tópicos das notícias, ou seja, os temas abordados pelos conteúdos, foram categorizados conforme a metodologia do GMMP. Esses tópicos foram divididos em grandes temas, como Política e Governo, Economia, Ciência e Saúde, Social e Legal, Crime e Violência, Gênero e Relacionados, e Celebidades, Arte, Mídia e Esportes. Esses grandes temas, por sua vez, continham subtemas específicos. Nesta edição, devido à pandemia de Covid-19, as notícias foram categorizadas com base nos mesmos tópicos, mas com uma distinção se estavam relacionadas à Covid ou não.

Ao analisar os papéis desempenhados pelas fontes de notícias em relação ao gênero, observou-se uma desigualdade de gênero. Por exemplo, apenas 19% das fontes relacionadas a cargos políticos eram mulheres, em comparação com 58% de homens. Nas posições de porta-voz, 17% eram mulheres e 46% eram homens políticos. Quando desempenhando o papel de especialista/comentador, as mulheres eram mais prevalentes em ocupações específicas, como "Policial, militar, membro de grupo paramilitar, milícia, guarda prisional, segurança, bombeiro" (7% mulheres e 16% homens), "Especialista da academia, professor, palestrante" (19% mulheres e 23% homens) e "Ativista, trabalhador em sociedade civil, ONG, sindicato, direitos humanos, etc." (22% mulheres e 11% homens).

Quando as mulheres eram ouvidas, muitas vezes ocupavam o lugar de "Experiência pessoal" (59%) no relato jornalístico, no qual apresentavam opiniões baseadas em experiências pessoais. Em segundo lugar, havia uma falta de clareza sobre o papel das mulheres na história (43%), e apenas em 24% das histórias em que apareciam, as mulheres eram o foco central da notícia.

A análise também abordou se as histórias mencionaram questões relacionadas à igualdade de gênero, legislação de direitos humanos e políticas. Constatou-se que apenas 8% das histórias abordavam essas questões na maioria dos tópicos, com exceção das notícias relacionadas ao tópico "Gênero e outros assuntos", onde essas questões estavam presentes em 67% dos conteúdos.

---

<sup>21</sup>Disponível em:

<<https://whomakesthenews.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

A discrepância de gênero também foi evidente quando se tratava de fontes de informação nas notícias. Homens eram predominantes em todos os tipos de redes sociais monitoradas, variando de 69% (Twitter) a 74% (Rádio).

A mesma tendência se aplicava quando se verificava o percentual de notícias que tinham como foco uma mulher em particular ou um grupo de mulheres. Apenas no tópico "Gênero e relacionado", as mulheres eram mais frequentemente o foco em comparação com os homens. Nos outros tópicos, como "Política e Governo", "Economia" e "Ciência e Saúde", a presença feminina como foco era muito menor, representando apenas 8%, 2% e 3%, respectivamente.

No relatório anterior — publicado em 2014 — as mulheres representavam apenas 25% das pessoas retratadas nas notícias, houve, então, neste ano, um pequeno aumento de 1% desde o relatório de monitoramento de 2014. O relatório de 2020 mostrou uma diminuição da presença de mulheres em histórias de saúde, histórias muito limitadas sobre violência de gênero e um aumento positivo de mulheres especialistas e porta-vozes, bem como repórteres.

Esses dados são a introdução deste tópico para mostrar os números referentes a como as mulheres são representadas nas notícias e reportagens enquanto fontes. E a importância de pesquisar a representatividade feminina nas notícias. Se até mesmo mulheres que são figuras públicas dispõem de pouco espaço no jornalismo (como no caso abaixo), o que garante que mulheres anônimas (e aqui, o anonimato não é nada ruim) terão lugar nas notícias?

Um exemplo foi como a Folha de São Paulo tratou a morte da jornalista e apresentadora Glória Maria, no dia 2 de fevereiro de 2023. Minutos após noticiarem oficialmente a morte de Glória, a Folha de SP publicou uma matéria com o título abaixo<sup>22</sup>:

---

<sup>22</sup>Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2023/02/gloria-maria-tinha-quantos-anos-apresentadora-fazia-de-tudo-para-esconder-a-idade.shtml>> Acesso em: 25 de setembro de 2023.

### Imagem 11 - Captura de tela da notícia

TELEVISÃO

## Glória Maria tinha quantos anos? Apresentadora fazia de tudo para esconder a idade

Atribuíam a ela a idade de 73 anos, mas Gloria não confirmava nem desmentia o número



SÃO PAULO [Morta nesta quinta-feira \(2\) vítima de um câncer, Glória Maria](#), que marcou o jornalismo e a televisão brasileira, nunca revelou qual era sua idade.

Fonte: Folha de S. Paulo

O texto completo possui 7 parágrafos, que não passam de 5 linhas e ele serve apenas para falar da idade da apresentadora. Qual a importância da idade de Glória Maria no contexto em que esta matéria está inserida? Do que importa se ela tentava esconder sua idade? Há, aqui, um reforço do estereótipo de gênero que destaca uma única versão de uma mulher que foi pioneira no jornalismo televisivo nacional.

Provavelmente, em uma tentativa de se retratar, uma colunista da Folha publica um artigo de opinião intitulado “Não importa a idade de Glória Maria”<sup>23</sup>

### Imagem 12 - Captura de tela

JORNALISMO · MÍDIA

## Não importa a idade de Glória Maria

Ela desfilava o vigor de sua existência



Quem nunca deu um Goggle sobre a idade de [Glória Maria](#) que jogue a primeira ampola de Botox. Eu tinha curiosidade, sim. Mas não era o corpo firme ou o colágeno saindo pelos poros que me encantavam. Eu queria entender o segredo de tanta vitalidade, a receita para envelhecer com a disposição, a alegria, a sensualidade, o talento profissional, o amor pela vida.

Fonte: Folha de S. Paulo

<sup>23</sup>Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marilizpereirajorge/2023/02/nao-importa-a-idade-de-gloria-maria.shtml>

> Acesso em: 25 de setembro de 2023.

O texto foi publicado no dia seguinte, no período da tarde e conta com 7 parágrafos, maiores do que a matéria anterior. Apesar da tentativa, e do texto ser positivo a respeito da jornalista, é possível perceber a escolha editorial da Folha de postar como um artigo de opinião, e não como uma “notícia”. Coloco entre aspas porque a “notícia” anterior também não poderia ser considerada uma notícia pelos critérios jornalísticos expostos por LAGE (2021) no primeiro capítulo do trabalho, mas mesmo assim foi publicada como sendo da própria redação da Folha.

Em outro exemplo, que se trata de uma mulher anônima, temos a seguinte notícia:

### Imagem 13 - Captura de tela

#### **Homem é preso suspeito de matar irmã a facadas em briga envolvendo máquina de lavar roupas, em Aparecida de Goiânia**

Segundo a Polícia Civil, outra irmão tentou separar a briga e levou um corte na mão. Preso foi agredido na rua e precisou ser hospitalizado, mas já recebeu alta e está detido.

Fonte: G1 Goiás

A notícia foi divulgada no portal G1 de Goiás em 29 de março de 2021. No conteúdo, estão incorporadas duas imagens. A primeira mostra a vítima e foi obtida de uma rede social, enquanto a segunda retrata o interior da casa onde a vítima residia, exibindo sinais de desordem, possivelmente decorrentes de uma luta física, conforme mencionado no texto. Importante salientar que a segunda imagem não é uma produção original da equipe do G1, mas sim uma reprodução de material fotográfico fornecido pela Polícia Civil.

É notável que o texto divulga o nome, a idade e a imagem da vítima, porém, omite qualquer informação relacionada ao agressor. Além disso, destaca-se que apenas o delegado encarregado das investigações é citado como fonte. A matéria baseia-se inteiramente em registros policiais, conforme declarado no próprio portal. A autora do texto esclarece que não foi viável contatar a defesa do suspeito, uma vez que este ainda não havia sido interrogado pela equipe policial.

A última atualização do texto não mencionou o horário específico, porém, é evidente que a tentativa de contato ocorreu às 10h40, e a notícia foi publicada pontualmente às 11h. Isso indica um período muito curto para a fonte potencial ter tempo de resposta. Embora se compreenda a necessidade comercial de fornecer informações o mais cedo possível ao leitor, é importante considerar que essa pressa pode afetar a integridade do processo jornalístico. (Tomé, 2021)

Também existe uma categoria a ser mencionada que são matérias que não tem a mulher como assunto principal, nem no título ou lide. Nos exemplos que trago agora, são reportagens de assuntos “neutros”, mas que não possuem mulheres como fontes. O primeiro exemplo é uma reportagem do G1 Ceará, intitulada “Abduções e visões em Quixadá: cidade do sertão cearense, concentra relatos de contatos extraterrestres”<sup>24</sup>, publicada no dia 04 de agosto de 2023.

O texto em si é longo, bem escrito e completo, mas faltam fontes confiáveis e reportagens aprofundadas. Ou seja, ainda na fase de estruturar a pauta e escolher suas fontes. Na reportagem, são apresentadas 3 fontes especializadas, ou seja, uma fonte primária no conceito de Lage (2001) e uma fonte como testemunha, ou anônima. As 3 fontes especialistas no assunto são masculinas, enquanto a fonte anônima é uma mulher, dona de casa, de 60 anos.

O que cabe analisar é: não haveria nenhuma fonte especializada feminina? Ainda é importante salientar que o fato da única mulher ser uma fonte anônima a desvaloriza, pois o tema é polêmico e controverso e os homens aparecem como especialistas, gozando de autoridade no assunto, enquanto a mulher é uma testemunha cujo relato pode ser questionado por qualquer um. Ou seja, a mulher está do lado mais fraco da verdade.

No segundo exemplo, a notícia é do portal de notícias UOL, objeto de estudo do presente trabalho. A notícia em questão é intitulada “'Fogo' e 'pacto': Fãs lamentam 'quase gol' de Ana Capeta que eliminaria EUA”<sup>25</sup>, e estruturada em tópicos. O assunto é a copa mundial de futebol feminina e na notícia é possível observar alguns problemas que o portal UOL possui em suas pautas e a estruturação dos textos que serão abordados mais profundamente no momento da análise.

Um exemplo disso são **notícias** esportivas enquadradas como **reportagens**, sendo que no conceito de reportagem, ela não seria classificada assim.<sup>26</sup> A notícia, diferente das outras "reportagens" de futebol, não se enquadra no gênero reportagem e nem é assinada, enquanto as outras (futebol masculino) são. Outra coisa a se observar, é, novamente, a ausência de fontes femininas, principalmente por conta do assunto da notícia. Seria uma

---

<sup>24</sup>Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2023/08/04/abducoes-e-visoes-em-quixada-cidade-do-sertao-cearense-concentra-relatos-de-contatos-extraterrestres.ghtml>>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

<sup>25</sup>Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/08/01/fogo-e-pacto-fas-brasileiros-lamentam-que-se-de-ana-capeta-contra-eua.htm>> Acesso em: 01 de agosto de 2023.

<sup>26</sup>Um exemplo pode ser encontrado nesse link:

<<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/samir-carvalho/2023/08/01/corinthians-vive-clima-de-despedida-e-preocupacao-em-relacao-a-roger-guedes.htm>> Acesso em: 01 de agosto de 2023.



oportunidade perfeita para o portal buscar uma fonte feminina, mas isso não aconteceu, na verdade, não há fonte nenhuma.

O portal de notícias online do UOL é uma fonte de informações que apresenta diversas notícias organizadas em tópicos, porém, muitas dessas notícias carecem de fontes confiáveis e reportagens aprofundadas. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é realizar um estudo mais aprofundado sobre o portal de notícias do UOL, com ênfase no seu site dedicado a mulheres e nas notícias da home do portal, notadamente, aquelas que têm mais chances de serem visualizadas pelo público. No capítulo seguinte, será realizada uma análise mais detalhada sobre essa plataforma jornalística e suas características.

#### **4 OBJETO E METODOLOGIA**

O estudo de caso é um método utilizado principalmente em pesquisas no campo das Ciências Sociais, em áreas como: sociologia, ciência política, antropologia, entre outros. Mas durante muito tempo, as pesquisas nessa área eram baseadas em métodos das Ciências Naturais e Matemáticas. Por muito tempo, essa metodologia era vista como a “parente pobre” entre os outros métodos e seus pesquisadores são vistos como “preguiçosos” e os resultados de suas pesquisas não eram considerados precisos e corretos o suficiente (Yin, 2001, p. 11). Apesar disso, Yin argumenta que, assim como dito anteriormente, o estudo de caso é amplamente utilizado em diversas áreas das ciências sociais, além de também ser um lugar-comum até mesmo em pesquisas de avaliação, levantamentos e pesquisas quase experimentais. Logo, se é um método tão frágil, por que os pesquisadores continuam a usá-lo?

##### **4.1 O estudo de caso**

Yin argumenta a possibilidade de mal compreendermos os pontos fortes e fracos do estudo de caso, indicando a necessidade de uma abordagem diferenciada. Yin desenvolve essa perspectiva ao desvincular o estudo de caso, como ferramenta de pesquisa e ferramenta de ensino, das etnografias e observação participante e dos métodos "qualitativos". A essência do estudo de caso transcende essas três áreas, embora possa haver sobreposição com as últimas duas.

Uma explicação possível é que algumas pessoas simplesmente não sabem muito mais do que isso e não estão treinados para utilizar métodos alternativos. Contudo, uma leitura cuidadosa dos estudos de caso ilustrativos citados como exemplos ao longo deste livro revelará um grupo distinto de

pesquisadores, incluindo alguns poucos que trabalharam como líderes em suas respectivas profissões. (Yin, 2001, p. 11)

O estudo de caso pode preocupar pela alegação que alguns pesquisadores fazem sobre os resultados da metodologia serem volumosos e de difícil leitura e compreensão. Neste trabalho, no entanto, a linguagem dos resultados é simples para facilitar o entendimento, e, assim como defendido por Yin, evitaram-se maçantes narrativas, com textos longos. Definir bem as questões da pesquisa foi imprescindível também, assim como realizar uma revisão da literatura do tópico analisado.

Para Duarte (2005), esse método é uma boa maneira de introduzir o pesquisador iniciante em técnicas de pesquisa que visam usar um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações. A autora também chama a atenção para o fato da bibliografia sobre o estudo de caso ser escassa em português, entre elas, está a obra de Yin (2001) que é indispensável.

Para ele, o estudo de caso é como fazer perguntas práticas sobre algo que está acontecendo agora e entender como isso se encaixa na realidade. Isso é especialmente útil quando não está claro onde termina o que você está estudando e começa o ambiente ao redor. Em resumo, você usaria o método de estudo de caso quando quisesse entender especificamente as condições ao redor de algo, acreditando que essas condições são realmente importantes para o que você está estudando.

Há outras definições sobre o estudo de caso partindo de outros autores citados por Duarte (2005), como, por exemplo: Goode e Hatt (apud Duarte, 2005) definem o estudo de caso como um método de olhar para a realidade social e não como uma técnica específica. Para eles, é um método de organizar dados sociais de modo a preservar o caráter unitário do objeto estudado. Há também a definição de Stake (apud Duarte, 2005) que define o estudo de caso não como uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado. Apesar das diversas e divergentes definições no meio acadêmico sobre esse método, seguiremos com as definições de Yin (2001) e Duarte (2005).

Segundo Yin (2001), a escolha pelo estudo de caso é apropriada ao examinar eventos contemporâneos, especialmente em situações em que não podemos controlar o que as pessoas fazem. Este método permite o uso de duas fontes de evidência geralmente não exploradas pelo historiador: a observação direta e uma série sistemática de entrevistas. Embora compartilhe semelhanças com o método histórico, a distinção e força do estudo de caso residem em sua habilidade de lidar com uma ampla gama de evidências, incluindo documentos, artefatos, entrevistas e observações.

Escolhemos usar o método de estudo de caso descritivo (a outra opção seria causais/exploratórios) nesta pesquisa por algumas razões apontadas por Yin (2001): ele é útil para entender as ligações de causa e efeito em situações da realidade, que são complicadas demais para abordagens experimentais ou pesquisas tradicionais; é eficaz para explorar casos em que a intervenção que estamos examinando não gera resultados simples e claros; e também é bom para ilustrar certos temas em uma avaliação, muitas vezes de uma maneira descritiva ou até mesmo semelhante a uma perspectiva jornalística.

Duarte (2005) explica que a metodologia empregada para coletar evidências envolve seis fontes diferentes de dados: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Yin (2001) também destaca três princípios a serem seguidos: a utilização de várias fontes de evidência, a criação de um banco de dados — neste trabalho a autora criou um banco de dados de modo a realizar uma observação direta do fenômeno — para o estudo de caso e a manutenção de uma conexão lógica entre as evidências. Neste estudo, usamos documentos como fonte de dados e adotamos o método de construção da explanação, que consiste em analisar os dados narrativamente, buscando explicar um fenômeno — neste caso, a presença de fontes femininas nas notícias do UOL — estabelecendo uma série de relações causais relacionadas a ele.

#### **4.2 Escolha do UOL para o estudo e sua história**

A escolha do Universo Online, mais conhecido como UOL, para o trabalho se deu devido à sua visibilidade e alcance em comparação com outros portais de notícias no Brasil. Um fator que contribuiu para essa escolha foi que o UOL não requer assinatura para acessar a maioria de suas notícias, ao contrário do globo.com, por exemplo. Além disso, a presença de uma editoria exclusivamente voltada para mulheres, a editoria Universa, também foi considerada critério na seleção do objeto de estudo.

O UOL teve sua origem em 1996 como um serviço de bate-papo, mas logo se transformou em um abrangente portal de notícias e provedor de acesso à Internet. Em seu estágio inicial, oferecia uma variedade de conteúdos, como a edição diária da Folha de S. Paulo, arquivos da Folha, reportagens traduzidas do The New York Times e uma gama diversificada de temas, incluindo classificados, roteiros, saúde e a revista IstoÉ. No ano subsequente ao seu lançamento, o UOL inovou ao introduzir a TV UOL, que se destacou

como a primeira TV online no Brasil e pioneira em transmissões ao vivo, integração com a TV aberta e disponibilização de vídeos sob demanda.<sup>27</sup> (BITTENCOURT, 2007, p. 138-140)

O portal surgiu da colaboração do Grupo Folha, que detinha jornais notáveis como a Folha de S.Paulo, e da Editora Abril, responsável por revistas influentes, incluindo Veja e Superinteressante. O grupo, até hoje, está sob a propriedade de Luiz Frias, que também ocupa o cargo de presidente do Conselho de Administração do Grupo Folha. Seu pai, Octavio Frias, desempenhou um papel fundamental no crescimento do Grupo Folha. Aquisições estratégicas, como os jornais populares "Notícias Populares" e "Última Hora" em 1965, contribuíram para a expansão da presença nacional do Grupo. Com o tempo, Octavio Frias transferiu a liderança do Grupo para seus filhos, Luiz e Otávio Filho.<sup>28</sup>

Atualmente, se autodenomina o principal portal de conteúdo e provedor de acesso à Internet no Brasil, contando com mais de 1,5 milhão de assinantes pagos e mantendo presença em mais de 3 mil localidades no país. O portal reivindica ter o maior acervo de conteúdo em língua portuguesa no mundo, abrangendo 42 estações temáticas e superando 7 milhões de páginas.

No entanto, o UOL não se limita mais a ser apenas um portal de notícias. Em 2019, alcançou a marca de 103,6 milhões de usuários únicos, consolidando-se como líder em audiência entre os produtores de conteúdo no Brasil, ficando atrás somente do Facebook e Google, segundo o ranking Multiplataforma da ComScore. Em setembro de 2023, o UOL registrou impressionantes 454,6 milhões de visitas em seu site, conforme o SimilarWeb, na categoria "Publicação de notícias e mídia" (brasileiras), ocupando o segundo lugar em termos de acesso, sendo superado apenas pelo globo.com.

Hoje, o Grupo UOL evoluiu para oferecer uma variedade de serviços, incluindo tecnologia, conteúdo e soluções de pagamento digital. Além de fornecer soluções para mídia digital, segurança, entretenimento e conectividade. (UOL, 2023)

### **4.3 Procedimentos metodológicos**

A coleta de informações foi realizada mediante o uso de uma planilha elaborada no Google Planilhas, contendo 15 colunas. As colunas são as seguintes:

---

<sup>27</sup>Disponível em: <<https://sobreuol.noticias.uol.com.br/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

<sup>28</sup>Disponível em: <<https://canaltech.com.br/empresa/uol-inc/>>. Acesso em: 27 de outubro de 2023.

a) período do dia: refere-se aos períodos "manhã" e "noite", nos quais a coleta de dados foi realizada. O período da manhã ocorria às 12 horas, enquanto o período da noite ocorria às 22 horas;

b) data: indica a data em que a notícia ou reportagem foi publicada;

c) título: corresponde ao título da notícia ou reportagem;

d) link da página: fornece o link direto para a notícia ou reportagem;

e) assinada?: indica se a notícia ou reportagem foi assinada por um ou mais repórteres, ou se está apenas creditada como "Colaboração para o UOL", ou seja, assinada pela própria redação do veículo;

f) teve edição?: informa se a notícia ou reportagem foi publicada sem alterações após a sua publicação inicial;

g) lead: geralmente consiste em um parágrafo que responda aos seguintes elementos informativos: quem/o que, fez o quê, quando, onde, como, por que/para que (conforme Lage, 2021);

h) palavras-chave: são três ou mais palavras que abordam o assunto tratado na notícia ou reportagem;

i) formato: indica se a página em questão é uma notícia ou reportagem, seguindo os critérios explicados no primeiro capítulo deste trabalho;

j) tipos de fonte: classifica as fontes como oficiais, especializadas (primárias ou secundárias) ou anônimas (testemunhas e especialistas), conforme o conceito de LAGE (2001);

k) quantas mulheres?: registra o número de mulheres presentes na notícia ou reportagem enquanto fontes;

l) quantos homens?: registra o número de homens presentes na notícia ou reportagem enquanto fontes;

m) identificação das mulheres: refere-se a uma categoria qualitativa relacionada à idade, cor e classe das mulheres mencionadas nas notícias ou reportagens, quando possível de ser identificado;

n) onde as mulheres aparecem?: é uma categoria qualitativa que indica se a mulher aparece como fonte, é apenas mencionada, é uma personagem recorrente e, se sim, se é uma vítima, uma figura pública ou uma figura política;

o) análise de conteúdo: compreende informações adicionais sobre a notícia ou reportagem que merecem ser observadas além dos dados coletados nas categorias anteriores.





Fonte: UOL Notícias

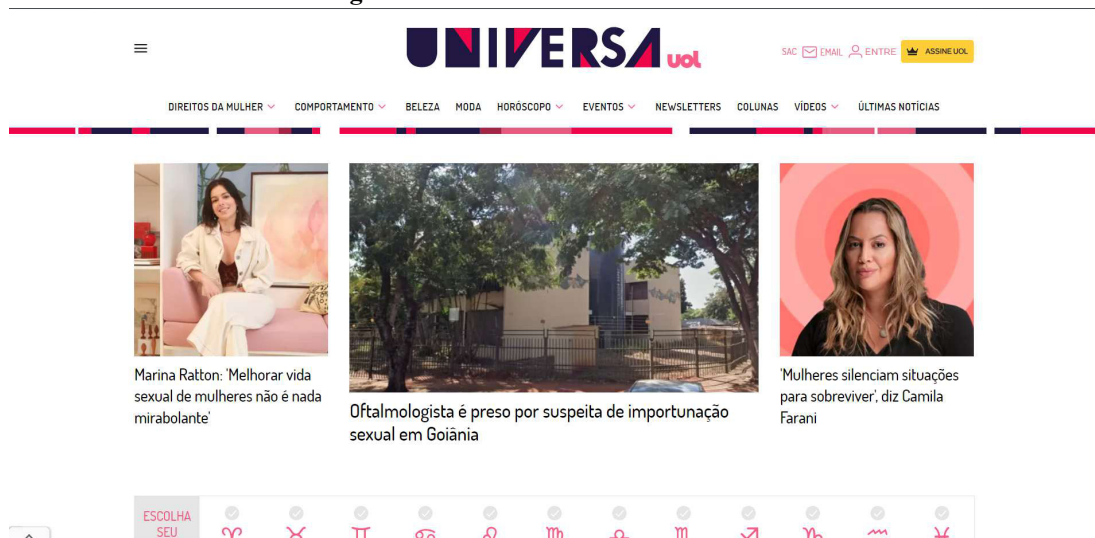
Já para a coleta na editoria de mulheres, *Universa*<sup>29</sup>, o período estendeu-se também por 10 dias, indo do dia 26 de setembro de 2023 ao dia 05 de outubro de 2023, o que permitiu que a coleta fosse realizada em parte do Outubro Rosa, mas que também não se estendesse somente a esse período. Entretanto, apenas 8 páginas foram analisadas (mas uma seleção feita na área que possui todas as matérias publicadas no dia, rendeu mais 8 matérias que poderiam ter sido colocadas na capa inicial, mas não foram). Isso ocorreu devido ao menor número de atualizações na capa da editoria.

Conforme ilustrado na imagem abaixo, há apenas 3 matérias na página inicial do portal. Além disso, nem todos os dias as matérias eram atualizadas, às vezes permanecendo na capa por mais de dois dias. O que gera estranheza quando se fala tanto sobre a atualização contínua do jornalismo — também já discutida neste trabalho no tópico **2.2** — Por que essa atualização na *Universa* não acontece da mesma forma que no portal de notícias cotidianas? Não há a necessidade de atualizar a editoria? Por quê? Seria uma precarização do trabalho? Há pessoas suficientes para desempenhar essa função? Há pessoas designadas somente para essa editoria ou o trabalho na redação do UOL é integralizado e quem está em uma editoria também pode fazer o trabalho de outra? Se for isso, por que não se dá a devida importância a essa área? Essas respostas não serão respondidas neste trabalho, pois para isso seria necessária entrevistar editores do site. Mas as perguntas continuam sendo legítimas, por serem resultados da observação empírica do objeto. Ainda, é possível respondê-las em um futuro trabalho.

<sup>29</sup>Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/>>.



Imagem 16 - Tela inicial da editoria Universa



Fonte: Universa Uol

Partindo para a forma que as notícias do UOL são estruturadas, podemos observar o seguinte, considerando as imagens abaixo:

Imagens 17 e 18 - Capturas de tela da notícia

O assassinato de um policial militar seguido de [ao menos 12 mortes no Guarujá](#), no litoral de São Paulo, deixou um rastro de sangue e medo na Vila Baiana. O UOL percorreu as vielas da favela para ouvir o relato de moradores, que dizem ter testemunhado um crime e relatam casos de abuso de autoridade.

### O que aconteceu

• **Ao voltar do trabalho, homem viu a PM e ficou com medo.** Por volta das 17h de ontem, um comboio da Polícia Militar subiu pela rua Argentina, via de acesso para a Vila Baiana. A simples presença das viaturas foi como um gatilho para um morador com mochila nas costas, que havia acabado de voltar do trabalho. Ele sentou no banco em frente a uma parada de ônibus por alguns minutos, ao lado da esposa. E disse estar com medo de voltar para a própria casa.

### "Todo homem que mora aqui agora virou suspeito"

“ No dia seguinte, entraram na minha casa. A sorte foi que eu cheguei em seguida com o meu filhinho no colo e disse que só tinha o meu irmão ali, que estava dormindo após voltar do trabalho. E se eu não tivesse chegado naquela hora? Eles poderiam meter o pé na porta e pegar o meu irmão no quarto. ”

— Autônoma, 28 anos

“ Ouvi gritos e o desespero dele, pedindo socorro. Ele era trabalhador e não tinha arma. Tenho certeza que ele não reagiu. Ele ficava com medo quando via a polícia. A gente não consegue mais dormir em casa em paz. ”

— Ambulante, 23 anos

Fonte: UOL Notícias<sup>30</sup>

Na maioria das notícias e reportagens do UOL, o texto corrido não é necessariamente corrido. A notícia é dividida literalmente em tópicos antecidos pelo título em negrito “O que aconteceu”. Comparando com a imagem 18, é possível observar a diferença entre as estruturas. Como leitora e consumidora de conteúdos jornalísticos, foi possível perceber uma quebra de fluidez na leitura, uma vez que as informações ficam fragmentadas e é necessário ir a um próximo ponto. Isso traz a sensação de estar lendo outra

<sup>30</sup>Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/01/mortes-guaruja-policiais-relatos-de-moradores.htm>>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.



notícia — precisando, então, captar todas as informações do início — e não uma continuação de uma leitura já em andamento. Outra desvantagem ao usar esse modelo de texto é a “facilitação de objetividade”: soa como se o portal tivesse o objetivo de entregar um conteúdo mais curto para ser consumido mais rápido, ou seja, um conteúdo mais objetivo, acaba sendo objetivo até demais. O texto perde sua autoria, sua autenticidade e seu estilo próprio, e assim não transmite ao leitor a personalidade do autor e seu modo de escrita.

#### Imagens 19 e 20 - Capturas de tela da notícia

Na fase seguinte, Flamengo x Internacional também foi exibido para todo o Brasil, ida e volta, enquanto Palmeiras x Grêmio foi uma atração exclusiva do então Fox Sports. Muita gente esqueceu isso, principalmente quando criticou o SBT por transmitir apenas uma partida dos mata-matas em rede nacional entre 2020 e 2022.

De volta à TV Globo, a Libertadores não mudou de formato no atual contrato. Assim, a emissora se viu diante de uma escolha entre o duelo brasileiro entre mineiros e paulistas, ou o jogo do time de maior torcida contra um clube paraguaio. Optou pelo confronto 100% nacional.

Nas próximas fases, quartas e semifinal, novamente a TV Globo poderá escolher apenas um jogo em rede nacional.

**Allan Simon**  
Sobre o autor

Siga nas redes: [ícones]

Reportagem • Esporte

## Por que a Globo só transmite o jogo Atlético-MG x Palmeiras na Libertadores

Allan Simon • Colunista do UOL  
01/08/2023 04h00

[ícones de compartilhamento]

[Imagem de Allan Simon com uma camisa de futebol]

Fonte: UOL Notícias<sup>31</sup>

Na imagem 19, é possível observar a etiquetagem da página de vermelho e em negrito como “Reportagem”, apesar disso, ao analisar o conteúdo textual da “reportagem”, e fazer a conexão do que seria o conceito do gênero proposto por Lage (2021, 2005 e 2001), Gonçalves, Santos e Renó (2015), Melo (1985), Bahia (2009) e, principalmente por Kindermann (2003) observa-se que a página em questão não poderia ser considerada reportagem. Conceitos estes que estão expostos no tópico **2.3.2** deste trabalho. Entretanto, ao final de toda página classificada como reportagem, há os critérios do UOL para o texto ser classificado como “Reportagem”, e que, novamente, fogem do conceito de reportagem com o qual trabalhamos.

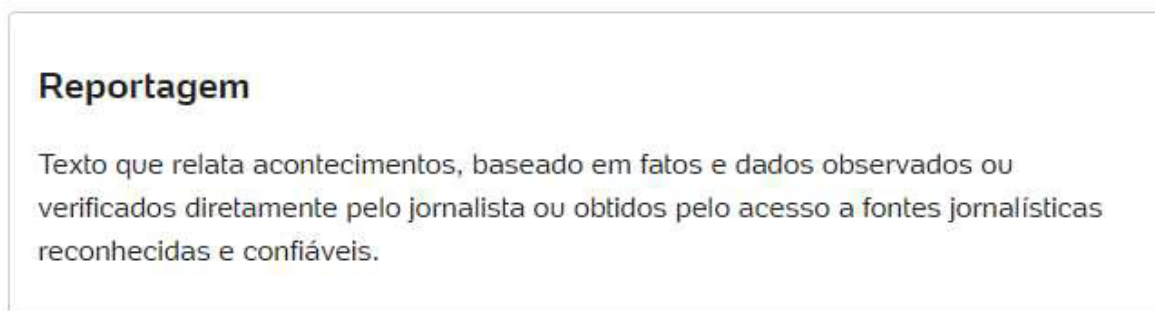
Na verdade, o critério do UOL seria, então, o conceito usado para se classificar uma notícia, e não uma reportagem. Por conta disso, apenas uma reportagem segundo os critérios dos pesquisadores aqui citados foi identificada, o que não permitiu analisar mais reportagens<sup>32</sup>.

<sup>31</sup>Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/colunas/allan-simon/2023/08/01/por-que-a-globo-so-transmite-o-jogo-atletico-mg-x-palmeiras-na-libertadores.htm>>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.

<sup>32</sup>O que é de se questionar, pois o UOL possui uma editoria chamada TAB que conta, em sua maioria, com grandes reportagens, mas que infelizmente, possui seu conteúdo disponível apenas para assinantes.

**Imagem 21 - Captura de tela do critério de reportagem presente no final da página**



Fonte: UOL Notícias<sup>33</sup>

#### 4.4 A análise e seus resultados

Em relação à análise das páginas examinadas, constatou-se que em 66% (ou seja, 122 páginas) delas não foi identificada a presença de nenhuma fonte, inclusive aquelas que fundamentam seu conteúdo em notas provenientes de órgãos e cargos oficiais. Das 177 homepages inicialmente investigadas, observou-se que, entre aquelas que fazem uso de fontes (55 páginas), 95% optam por um único tipo (52 das 55 páginas analisadas), seja ele oficial, especializado ou anônimo, enquanto apenas 5% incorporam dois ou três tipos diferentes.

O Gráfico 1 fornece uma visão mais aprofundada, indicando que as fontes anônimas foram mencionadas em 6% das instâncias (12 vezes), as especializadas em 12% (23 vezes) e as oficiais em 16% (29 vezes). Esses resultados revelam uma distribuição significativa no uso de diferentes tipos de fontes nas páginas analisadas.

De maneira surpreendente, ao realizar uma análise específica da seção "Universa", composta por 8 páginas avaliadas, destaca-se que 82% das matérias examinadas (um total de páginas) apresentam fontes. Dentro desse conjunto, 27% (3 páginas) delas recorrem a fontes anônimas, 36% (4 páginas) utilizam fontes especializadas, enquanto 18% (2 páginas) citam fontes oficiais. Vale ressaltar que apenas 2 matérias (18%) não apresentam nenhuma fonte, destacando a variação no padrão de utilização de fontes específicas na seção "Universa". Esses dados proporcionam uma compreensão mais detalhada do cenário informativo nas páginas analisadas, evidenciando padrões de citação e revelando lacunas na apresentação de fontes em determinadas seções.

É crucial destacar a disparidade entre os dados coletados do portal principal e da editoria voltada para mulheres, além do fato de que há bem menos produção especializada para o público feminino do portal em si. Essa limitação numérica dos dados torna desafiador

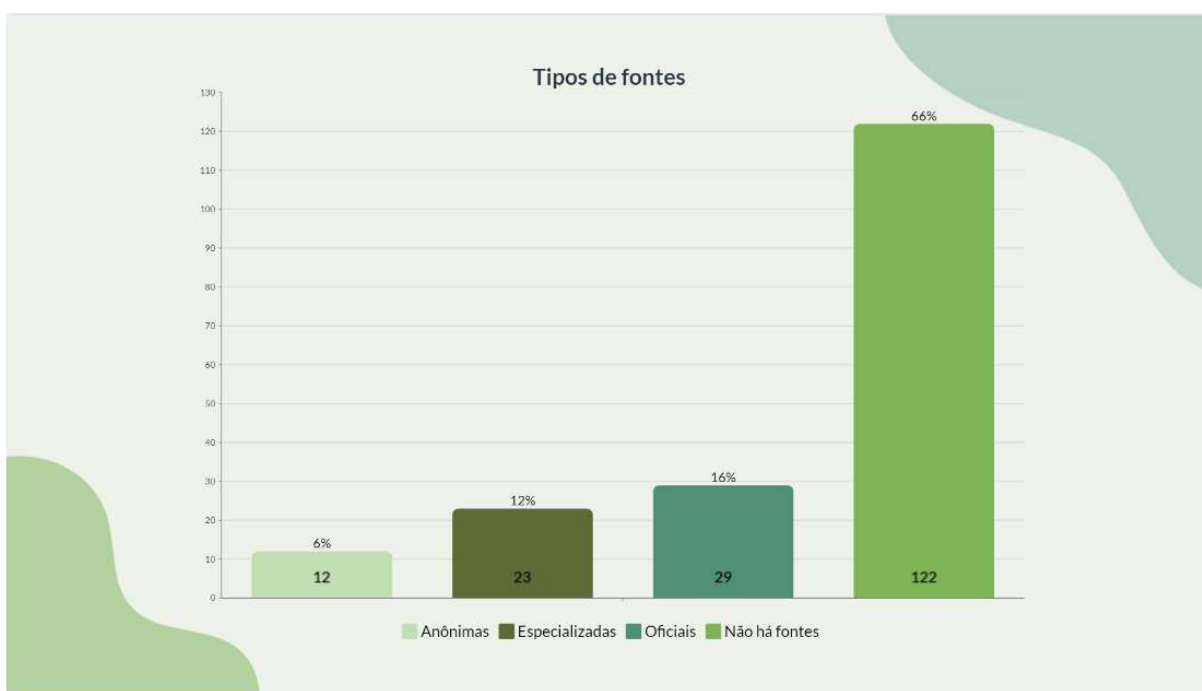
<sup>33</sup>Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio-gentile/2023/08/01/salario-de-r-116-mil-atleta-do-santos-diz-a-justica-passar-dificuldades.htm>>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.

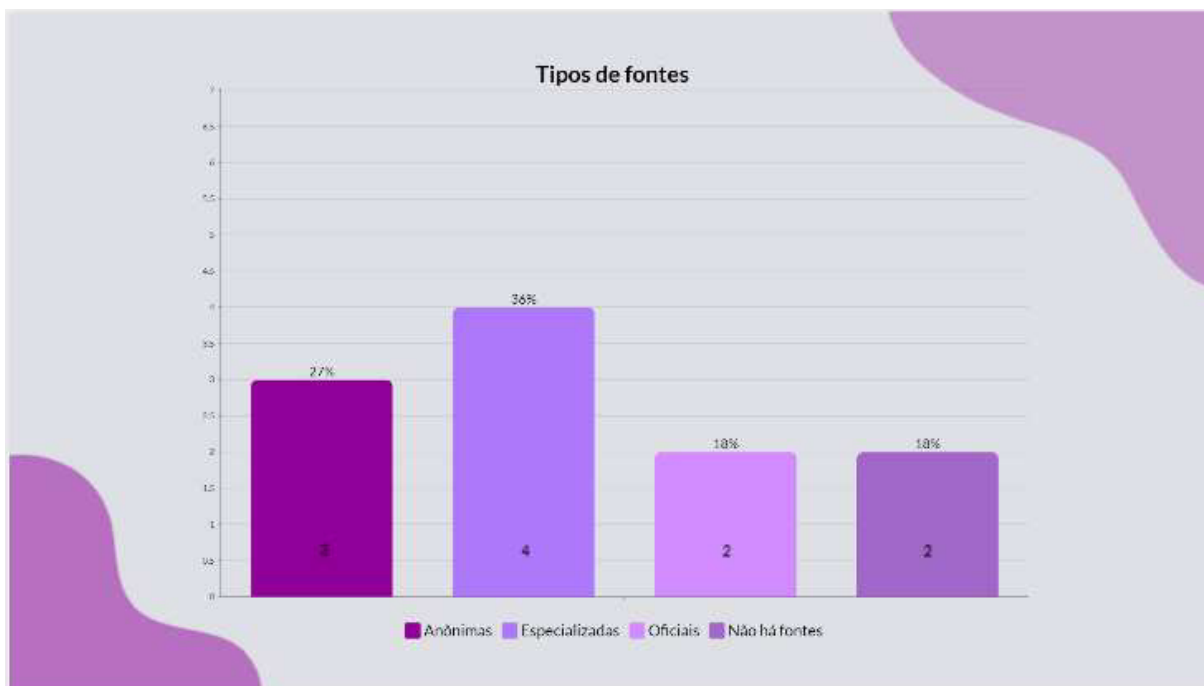
para os pesquisadores extrair informações abrangentes para uma análise significativa. Ao discutir a importância das fontes, recorro a Lage (2001), que destaca que a essência de uma reportagem (ou notícia) permanece na entrevista, seja qual for a natureza da fonte. O papel das fontes evoluiu de conferir credibilidade à notícia para expressar a perspectiva do veículo sobre o assunto.

Em um contexto onde 122 das 177 matérias não apresentam fontes diretamente entrevistadas, surge a questão de como um portal pode transmitir credibilidade e posicionar-se sobre um assunto, considerando os sinais de subjetividade, mesmo que mínimos, sem entrevistas, sem a presença de sujeitos nas matérias.

A subjetividade no jornalismo é importante, pois a objetividade tem alguns problemas, e entre eles, está a desumanização do jornalismo e sua prática, principalmente em notícias do cotidiano.

**Gráficos 1 e 2 - Gráficos que ilustram a análise dos tipos de fontes presentes nas matérias coletadas nos portais UOL (cima) e Universa (baixo)**





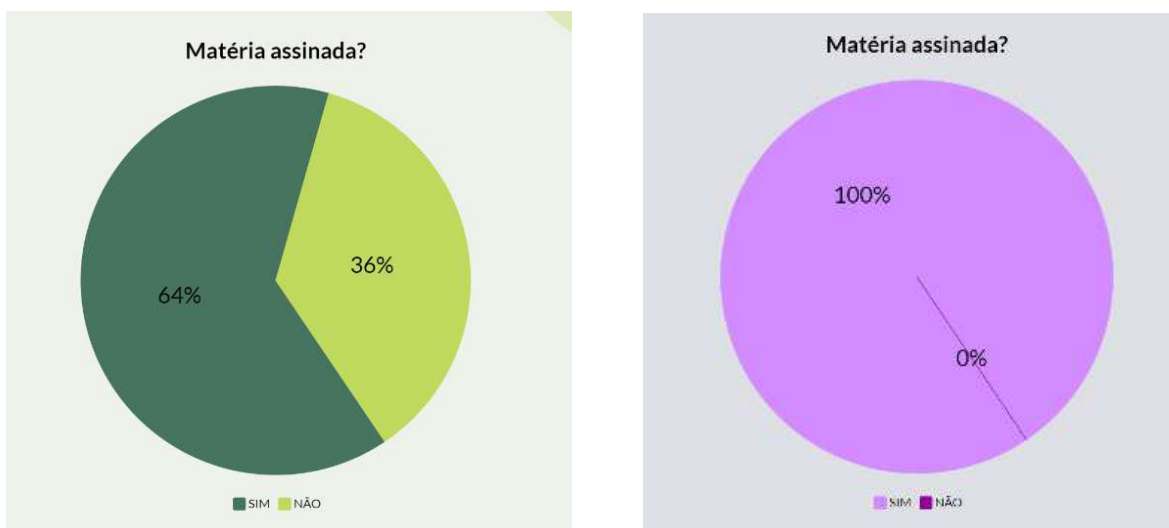
Fonte: Elaborada pela autora

Em relação ao propósito deste estudo, das 82 páginas analisadas no portal UOL, apenas 18 apresentam fontes femininas, enquanto 50 são atribuídas a homens. No Universa, das 8 páginas analisadas, 2 não possuem fonte, e as 6 que possuem totalizam 11 fontes femininas. A existência de um número significativo de matérias sem fontes já é alarmante, mas a escassez de mulheres sendo consultadas é igualmente preocupante, considerando, especialmente, dados que evidenciam a precária representação feminina como fontes e personagens em textos jornalísticos, conforme discutido no tópico 3.3 deste trabalho.

Para alguns jornalistas, a escolha de fontes com base no gênero pode parecer "inocente" e passar despercebida, mas a decisão sobre quais fontes incluir desempenha um papel crucial na determinação dos temas que receberão atenção. Essa escolha está intrinsecamente vinculada aos valores-notícia, que representam os critérios e procedimentos considerados adequados para conferir valor jornalístico a um determinado assunto. Portanto, em um país onde mais da metade da população é feminina, a predominância de fontes masculinas no jornalismo levanta as questões: por que essa diferença persiste? Não existem mulheres em cargos oficiais o suficiente? Ou é uma questão do machismo estrutural?

#### 4.4.1 Matérias assinadas

Gráficos 3 e 4 - Gráficos que ilustram a análise das matérias assinadas nos portais UOL e Universa



Fonte: Elaborada pela autora

No que diz respeito às matérias assinadas no portal UOL, 64% das notícias foram atribuídas a autores específicos, enquanto 36% não foram. Já no Universa, todas as notícias foram devidamente assinadas. No entanto, é notável que a maioria das notícias assinadas na página principal aborda temas esportivos, evidenciando uma autoralidade mais proeminente no jornalismo esportivo em comparação com outras áreas temáticas. No âmbito das notícias do Universa, chama a atenção que as "hard news", ou notícias mais urgentes, são consistentemente assinadas por um único jornalista do sexo masculino, Thiago Bonfim, enquanto as demais são creditadas a mulheres. Isso é notório em notícias como:

#### Imagens 22 e 23 - Captura de tela de notícias analisadas na coleta

##### Oposição protocola pedido de plebiscito sobre criminalização do aborto

Thiago Bonfim • De Universa, em São Paulo  
26/09/2023 16h57 • Atualizada em 26/09/2023 18h23



##### Hospitais de NY vão oferecer atendimento sobre aborto por teleconsulta

Thiago Bonfim • De UOL, em São Paulo  
02/10/2023 20h46 • Atualizada em 02/10/2023 20h46



Fonte: Universa<sup>34</sup>

Observa-se a assinatura do jornalista em um assunto que interessa às mulheres, mas que tem um recorte político, enquanto em uma notícia mais cultural, como a apresentada na imagem 24, a assinatura é de uma jornalista.

#### Imagem 24 - Captura de tela de notícia do Universa analisada na coleta

<sup>34</sup>Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/09/26/oposicao-plebiscito-criminalizacao-aborto.htm>> Acesso em: 26 de setembro de 2023;  
Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/10/02/hospitais-aborto-telemedicina-ny.htm>>. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

Comportamento

## 'É como fazer um longa metragem', diz Maria Ribeiro sobre gravar audiobook

Rafaela Polo • De Universa, em São Paulo  
04/10/2023 04h00 • Atualizada em 04/10/2023 09h18

Fonte: Universa<sup>35</sup>

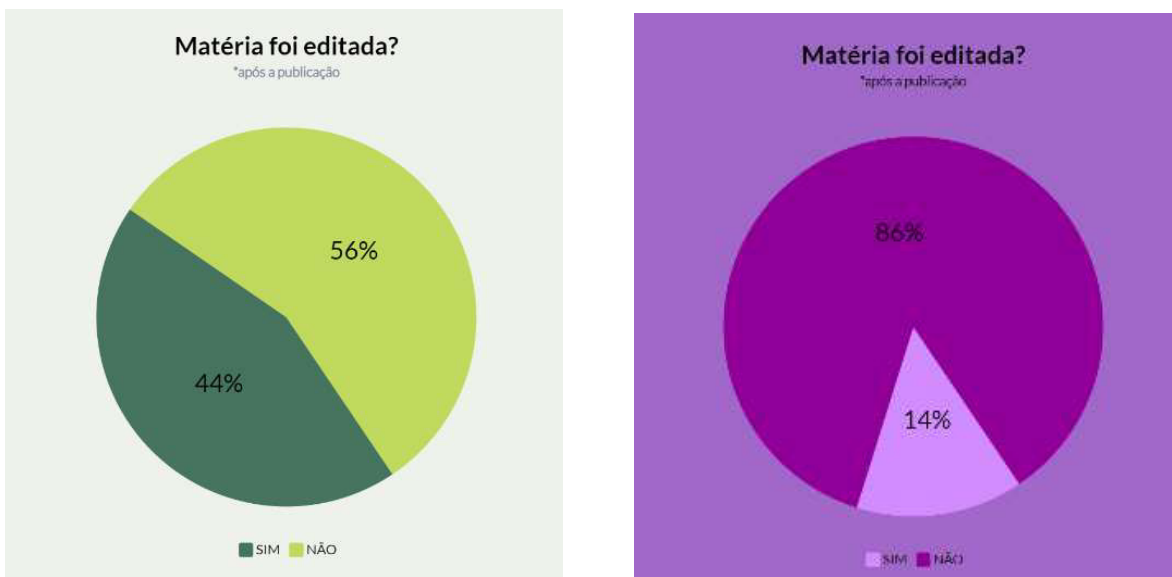
É evidente a presença da etiqueta "comportamento" na notícia, lembrando que não se trata de uma hierarquia de importância entre as notícias, mas sim da reflexão sobre por que essa atribuição ocorre. Em matérias do cotidiano, com nuances políticas que abordam o corpo feminino, é notável a assinatura de um jornalista homem, enquanto em notícias mais leves, relacionadas ao entretenimento, é uma mulher que assume a autoria. Isso ratifica uma divisão social do trabalho na redação, que relega aos homens temas mais ditos mais sérios, enquanto as mulheres ficam com temas mais sensíveis e relativos à moda, comportamento e cultura. Uma divisão diretamente atrelada a uma naturalização dos papéis do homem e da mulher no mundo do trabalho.

Nas reportagens sobre o tema do aborto, a abordagem segue os padrões do portal, com texto segmentado em tópicos, ausência de fontes diretas e uso de aspas de coletivas ou pronunciamentos oficiais, mantendo-se isenta de subjetividade. Em casos assim, seria pertinente considerar a inclusão de entrevistas com especialistas, não apenas para enriquecer a apuração, mas também para inserir perspectivas subjetivas. Essas escolhas, desde a seleção de fontes até a organização das informações, revelam traços da subjetividade do jornalista, que, embora não seja explicitamente declarada, se manifesta por meio das decisões tomadas e do tom adotado na narrativa dos eventos (Gonçalves, Santos, Renó, 2015, p. 228).

### 4.4.2 Matérias alteradas

**Gráficos 5 e 6 - Gráficos que ilustram a análise das matérias editadas nos portais UOL e Universa**

<sup>35</sup>Disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/10/04/e-como-fazer-um-longa-metragem-diz-maria-ribeiro-sobre-gravar-audiobook.htm>>. Acesso em: 04 de outubro de 2023.



Fonte: Elaborada pela autora

Quanto às notícias e reportagens sujeitas a atualizações, a análise revela que, em ambos os portais, a maioria manteve-se inalterada após a publicação inicial. No portal principal do UOL, 44% das notícias passaram por edições, enquanto 56% permaneceram sem alterações. No Universa, apenas 14% foram editadas, enquanto 86% permaneceram inalteradas. Algumas notícias indicavam atualizações por meio de etiquetas temporais, como uma que ocorreu 33 minutos após a publicação inicial, sugerindo correções gramaticais ou ajustes de contexto.

#### Imagem 25 - Captura de tela para ilustrar etiquetagem de atualização em notícias analisadas

Do UOL, em São Paulo  
03/08/2023 19h11 Atualizada em 03/08/2023 19h44

Fonte: UOL Notícias<sup>36</sup>

Entretanto, em outras notícias há outros indicativos de atualizações, como, por exemplo, o aviso da imagem abaixo que aparece no final de algumas matérias. Por isso é possível deduzir o que foi dito anteriormente. Quando são erros que não envolvem o conteúdo, significado e entendimento da notícia ou reportagem, há apenas o aviso da imagem anterior, diferente do aviso abaixo.

#### Imagem 26 - Captura de tela para ilustrar etiquetagem de errata em notícia coletada

<sup>36</sup>Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/03/padre-robson-pede-transferencia-para-mogi-das-cruzes.htm>>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

### Errata: o conteúdo foi alterado

- Diferentemente do informado no texto desta matéria, Santo Anastácio fica a cerca de 590 km da capital paulista, e não 200 km. A informação já foi corrigida.

Fonte: UOL Notícias<sup>37</sup>

Há também as notícias que não foram atualizadas, e parte delas possuem esse selo:

#### Imagem 27 - Captura de tela para ilustrar etiquetagem de conteúdo de agência do Estadão



Fonte: UOL Notícias<sup>38</sup>

A presença de selos específicos em algumas notícias, como o da agência de notícias Estadão, levanta questionamentos sobre a natureza das atualizações, especialmente quando estas não se limitam a correções gramaticais, mas abrangem aspectos de conteúdo. A necessidade de ser o primeiro a publicar uma notícia, mesmo que detalhes, informações ou fontes estejam incompletos, é característica da era atual do jornalismo, marcada pela pressão por atualizações contínuas. Esse cenário muitas vezes limita a profundidade das apurações e a consulta a fontes para enriquecer o texto e a notícia. Essa dinâmica é reflexo do paradigma atual, onde a urgência na divulgação supera frequentemente a busca por uma cobertura mais aprofundada, contribuindo para fenômenos como as 122 notícias analisadas que não apresentam fontes entrevistadas.

#### 4.4.3 Gêneros das matérias

Quando se trata dos gêneros jornalísticos, a análise revela que tanto o UOL quanto o Universa atribuem grande valor ao gênero notícia. Das 177 páginas examinadas no

<sup>37</sup>Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/10/corpo-de-menino-de-5-anos-e-encontrado-em-corrego-no-interior-de-sp.htm>>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

<sup>38</sup>Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/08/04/prefeitura-de-sp-planeja-isentar-iptu-de-imizeis-da-regiao-da-cracolandia.htm>>. Acesso em: 04 de agosto de 2023.



portal principal, 46 foram identificadas como reportagens. No entanto, é crucial destacar que, para os critérios adotados neste estudo, apenas três dessas reportagens são consideradas genuinamente reportagens, conforme os conceitos delineados por Gonçalves, Santos e Renó (2015). Esses conceitos postulam que a reportagem é um resultado de um processo contínuo de seleção, envolvendo a escolha do tema, fontes de informação, palavras e estilo narrativo apropriados para a abordagem proposta.

Mesmo ao empregar esses critérios, não foi possível identificar todos esses elementos nas três reportagens selecionadas. Conforme a classificação de Kindermann (2003) (consultar **Tabela 1**), as reportagens incluem uma REN (Reportagem a partir de entrevista), abordando a depressão de Milton Neves após a perda de sua esposa<sup>39</sup>; Uma RAN (Reportagem de aprofundamento de notícia), explorando a situação de mulheres trans no sistema prisional de São Paulo, iniciada após a negação do estado de transferir mulheres trans para prisões femininas<sup>40</sup>; e, por último, uma RPE (Reportagem de pesquisa) sobre Allan dos Santos, um foragido da justiça brasileira nos Estados Unidos, que poderia ser classificada como RAN, mas apresenta descobertas próprias da jornalista Juliana Dal Piva sobre o caso<sup>41</sup>. Isso nos diz que a reportagem enquanto gênero denso está perdendo espaço no jornalismo e a notícia, em razão da pressa, está se descaracterizando.

---

<sup>39</sup> Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/reportagens-especiais/milton-neves-abre-o-jogo-sobre-depressao-e-a-vida-sem-lenice-a-pele-das-mulheres/#page6>>. Acesso em: 11 de agosto de 2023.

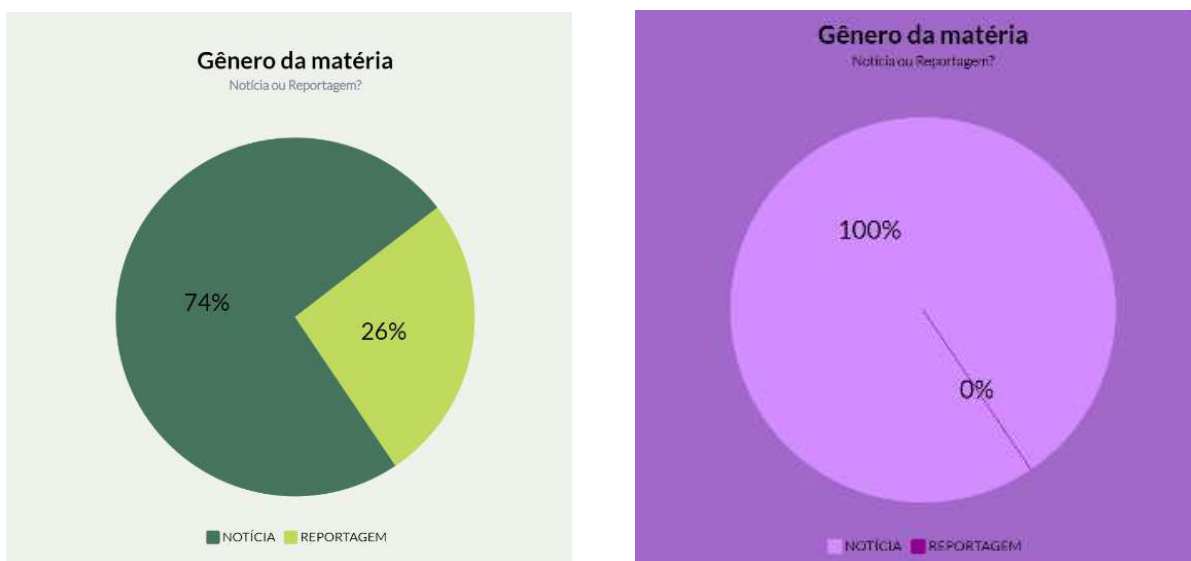
<sup>40</sup> Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/02/sp-ignora-stf-e-nega-transferencia-de-mulheres-trans-para-prisoas-femininas.htm>>. Acesso em: 02 de agosto de 2023.

<sup>41</sup> Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2023/08/07/foragido-allan-dos-santos-monta-empresa-e-cria-novo-terca-livre-nos-eua.htm>>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

**Gráficos 7 e 8 - Gráficos que ilustram a análise dos gêneros das páginas nos portais UOL e Universa**



Fonte: Elaborada pela autora

#### 4.5 Reflexões e Análises

Notavelmente, quando há fontes femininas, apenas duas são identificadas como sendo de classe baixa e negras<sup>42</sup>, destacando uma lacuna na representação diversificada. Isso leva a analisar, mais uma vez, onde entra a subjetividade jornalística e a interseccionalidade no UOL? A ausência de pautas sociais nas notícias é notável, e quando presente, a falta de profundidade é evidente.

Embora a maioria dos estudiosos das técnicas jornalísticas defendam a imparcialidade e o distanciamento dos fatos, os jornalistas e acadêmicos até aceitam não haver mais como fazer um jornalismo 100% imparcial atualmente, mas só aceitam uma parte da subjetividade (Moraes, 2022), a que não representa perigo ao “jornalismo raiz”.

A interseccionalidade é vista como um instrumento de luta política para combater opressões múltiplas e imbricadas, representando tanto um projeto de conhecimento como uma arma política, buscando justiça nas condições sociais de produção de conhecimento. Defendida por Moraes (2022), a interseccionalidade também é traço da subjetividade no jornalismo. Pensando em tudo isso, esse tópico é dedicado a esmiuçar o conteúdo de algumas notícias coletadas. Cada uma foi escolhida por ter uma particularidade vistas a seguir:

<sup>42</sup>Pesquisa feita pela própria autora do trabalho, visto que o texto não entregava essas informações e a busca por elas eram feitas externamente. Essas informações são encontradas na coluna “m” da planilha, identificada como “IDENTIFICAÇÃO DAS MULHERES”.

A primeira reportagem analisada, merece atenção especial por ser uma das poucas páginas analisadas que demonstra traços de interseccionalidade, explorando a vivência de mulheres trans no sistema prisional paulista<sup>43</sup>. Apesar de o UOL categorizá-la como notícia em vez de reportagem, seu conteúdo é relevante. Na narrativa, somos apresentados a Tieta, uma mulher trans de 48 anos, que, ao ser detida em junho, expressou o desejo de ser encaminhada para uma prisão feminina, direito negado as mulheres trans que não passaram por cirurgia de redesignação sexual, como é o caso dela. Apesar de iniciar a hormonoterapia na adolescência e tentar a cirurgia nos anos 2000 sem sucesso, ela foi alojada em uma cela com 37 homens, onde relata ter sido vítima de estupro repetidas vezes.

Outra detenta mencionada é Âmbar (nome fictício, por solicitação de anonimato), uma mulher trans condenada por injúria racial e desacato em São Paulo. Ela solicitou transferência para uma unidade feminina, mas teve o pedido negado pela Secretaria de Administração Penitenciária, sob a justificativa do suposto risco de estupro por parte de outras mulheres e a possibilidade de engravidar as demais detentas. Isso destaca a complexidade das experiências das mulheres trans no sistema prisional. Apesar de ser um grupo frequentemente abordado nas pautas interseccionais, com fontes e personagens da comunidade LGBTQIA+, especialmente mulheres, nota-se que a jornalista responsável pela matéria, assinada, manteve imparcialidade, apresentando poucos traços de subjetividade.

A presença de apenas duas falas das mulheres trans presas contrasta com várias aspas de outras fontes por serem apenas de homens em cargos oficiais. Além disso, poderia ter uma exploração mais abrangente de pessoas na mesma situação de Tieta e Âmbar, bem como críticas mais aprofundadas ao sistema prisional de São Paulo e ao STF no texto, uma impressão geral observada em todos os textos analisados para este trabalho. A representatividade nas fontes é limitada, com poucas mulheres ouvidas e, quando ouvidas, sem diversidade em termos de cor, raça, classe social e faixa etária. No caso das próprias Tieta e Âmbar o texto conta apenas a idade de Tieta, a reportagem não se aprofunda na vida de nenhuma delas, suas cores, classes sociais, nenhum aspecto social que as identifique, além de presidiárias que sofrem transfobia.

A outra notícia a falar sobre, foi escolhida mais pelo título do que o corpo do texto em si.

---

<sup>43</sup>Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/08/02/sp-ignora-stf-e-nega-transferencia-de-mulheres-trans-para-prisoas-femininas.htm>>. Acesso em: 02 de agosto de 2023

## Imagens 28 e 29 - Captura de tela da notícia sobre a saúde mental da vítima de estupro do caso Daniel Alves

Esporte Futebol

### Daniel Alves: laudo aponta mulher com 'transtorno pós-traumático elevado'

Talyta Vespa e Thiago Arantes • Do UOL, em São Paulo e em Barcelona  
01/08/2023 15h40

A mulher que acusa Daniel Alves de agressão sexual apresenta um "transtorno pós-traumático elevado", segundo o laudo de uma perícia psicológica realizada no mês de junho. O UOL teve acesso com exclusividade à conclusão dos peritos (leia íntegra abaixo).

#### O que aconteceu

• De acordo com o laudo da perícia psicológica, a mulher de 23 anos que denuncia o jogador "cumpre os critérios de um transtorno de estresse pós-traumático de intensidade globalmente elevada".

Fonte: UOL Notícias<sup>44</sup>

No texto, somos apresentados ao fato de que o UOL teve acesso ao laudo da perícia sobre o estado da saúde mental da vítima de estupro do caso Daniel Alves. Mas a questão é a seguinte: se a notícia gira em torno do estado mental da vítima após ter sido vítima de estupro, qual a necessidade do título ter “Daniel Alves:” logo no começo? A resposta, na verdade, é bem simples: clique/engajamento. O que gera mais engajamento e traz mais cliques para o site é o nome de Daniel Alves, e não o que aconteceu a vítima. Entende-se que ao não colocar o nome do acusado no título, fica difícil contextualizar sobre qual caso se está falando, mas, novamente, a problemática está em ter justamente o nome do esturador em destaque como se toda a matéria fosse sobre ele, e não sobre a vítima do estupro.

Não há identificação da vítima no texto, pois a mesma pede anonimato durante todo o caso, e isso há de ser respeitado. Mas isso não deixa de conferir que sua presença na notícia, mesmo enquanto personagem e não fonte, não foi tão positiva, pois ela foi colocada como vulnerável por seu laudo psicológico. O escopo do texto em si não difere da maioria das notícias do UOL descritas anteriormente. Mas chama a atenção o fato de no começo do texto se referirem a vítima como “a mulher que denuncia/denunciou” ou “denunciante. Só a chamam de vítima no final do texto. Pode-se dizer que há, então, marcas de tentativas da notícia ser objetiva, e, mais uma vez, deixar a subjetividade de lado. E para Moraes (2022), — também para a autora do trabalho — a subjetividade tem relação com a própria recusa da reflexividade e um anseio, sempre, por respostas simplistas. Isso faz com que o jornalismo objetivo se afaste da função de uma mediação qualificada necessária.

<sup>44</sup>Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/08/01/daniel-alves-laudo-aponta-mulher-com-traustorno-pos-traumatico-elevado.htm>>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

A próxima notícia fala sobre a presença dos familiares das jogadoras de futebol do Brasil na Copa do Mundo feminina que aconteceu este ano. No texto somos apresentados a Lauren e Tamires de início e seus respectivos parentes que foram prestigiá-las na Austrália. Em seguida, apresenta-se Luana, para representar as jogadoras que não tiveram parentes presentes na competição, e logo depois há um tweet de outra jogadora, Ary Borges, emocionada por ver a rua em que cresceu, decorada para a Copa do Mundo Feminina de Futebol. Uma das coisas que chama atenção nessa notícia, é a boa representatividade de fontes. Obviamente, todas são mulheres e por meio de pesquisa externa, que já foi mencionada anteriormente em nota de rodapé, uma delas é negra, a Ary Borges, enquanto também temos representatividade Queer, no caso de Tamires, pois quem foi acompanhá-la na competição foi sua namorada, Gabi. Outro fator que faz essa notícia ser analisada são as pequenas marcas de subjetividade encontradas no texto:

**Imagem 30 - Captura de tela da notícia sobre a ausência de parentes na Copa do Mundo Feminina**

Na Copa do Mundo masculina, mesmo sendo no Qatar, as famílias dos atletas registraram a ida ao país e todos contavam com alguém no local, inclusive com os filhos.

Conforme o UOL apurou, a CBF não tem envolvimento nesse tipo de situação na feminina e nem na masculina.

Fonte: UOL Notícias<sup>45</sup>

Aqui é possível encontrar dois fatores articulados no jornalismo de subjetividade de acordo com Moraes (2022): capacidade criativa e interseccionalidade. Também é possível notar que a jornalista responsável pela matéria tentou mostrar uma “desigualdade” entre o apoio que as jogadoras recebem e o apoio que os jogadores recebem. Não cabe a este trabalho discutir o porquê dessa diferença, mas vale questionar. Qual a diferença de salário entre os jogadores e as jogadoras? Será que isso é um fator que faz com que as jogadoras não possam pagar passagem e hospedagem dos familiares?

A próxima notícia foi escolhida justamente para se contrapor a anterior, enquanto uma teve boa representação de fonte, essa não possui representatividade alguma. A notícia

---

<sup>45</sup>Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2023/08/01/selecao-feminina-vai-a-australia-quase-sem-familiares-e-ganha-apoio-de-casa.htm>>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

está titulada como “Números da economia brasileira melhoraram em 2023? Veja gráficos”<sup>46</sup>. Não há muito o que dizer sobre o texto em si, ele é completo, com vários dados e bastante fontes para embasar no assunto. Somos apresentados a 5 fontes durante o texto inteiro, a segunda notícia coletada com mais fontes, porém, todas as fontes são masculinas. Apesar da notícia ser assinada por uma mulher, a matéria não possui um traço de subjetividade ou interseccionalidade. Não existem mulheres especialistas em economia? Ou mulheres em cargos executivos em empresas de economia? Se foi uma decisão proposital ou não, não temos como saber, mas essa característica nos mostra como a masculinização está tão intrínseca no cotidiano do jornalismo, sendo mais fácil conseguir fontes masculinas e já utilizá-las do que desprender mais tempo para encontrar ao menos uma fonte feminina.

Para a última notícia analisada do UOL, temos um caso que repercutiu nas mídias e veículos jornalísticos no mês de agosto. No dia 30 de setembro de 2023, uma mulher de 22 anos foi estuprada após ter sido deixada na rua, desacordada e alcoolizada, por um motorista de aplicativo em Belo Horizonte. Mas o que analisamos não é a notícia do caso, e sim um “gancho” pelos valores-notícias que circundam este fato como: notabilidade, infração e até inesperado (Traquina, 2005, p. 81-85). A matéria em si tem como título “Passageira desacordada: o que motorista deve fazer em casos como o de BH”, entende-se que é uma matéria de “serviço”, exposto por Marques de Melo e Assis (2010) como parte de um jornalismo utilitário. Primeira observação a ser feita é quanto a etiquetagem da notícia.

### Imagem 31 - Captura de tela para ilustrar etiquetagem de conteúdo



Fonte: UOL Notícias<sup>47</sup>

Primeiramente, nos critérios já citados diversas vezes, não se considera essa notícia como uma reportagem. Em segundo lugar, chama a atenção o fato dessa notícia estar

<sup>46</sup>Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/08/04/numeros-da-economia-brasileira-melhoraram-veja-graficos.htm>. Acesso em: 04 de agosto de 2023.

<sup>47</sup>Disponível em: <https://www.uol.com.br/carros/colunas/paula-gama/2023/08/03/passageira-desacordada-o-que-motorista-de-deve-fazer-em-casos-como-o-de-bh.htm>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

na editoria de “Carros”, o que levou o site a colocar uma notícia de utilidade pública — como se prevenir em casos parecidos — nessa editoria? Quando, por exemplo, dentro do Universa existe a categoria “Violência contra a mulher”. O assunto não tem relevância o suficiente para estar na categoria de “Cotidiano”? Embora estivesse na página inicial do portal, se algum leitor for procurar pela notícia futuramente, a editoria de “Carros” será provavelmente a última em que irão procurar, mesmo que a pesquisa possa ocorrer por palavras-chave, ainda é um fator a ser levado em questão.

Seguindo a análise, o texto não possui nenhuma informação nova vindo de uma apuração da jornalista responsável pela matéria, o texto é basicamente uma colagem das aspas das fontes, que por sua vez são masculinas e de empresas como a 99 e a InDriver. Onde estão as fontes femininas nesse caso? A orientação é apenas para os motoristas? Para tornar a cobertura mais equilibrada e inclusiva, é possível incluir fontes femininas, como representantes de organizações que promovem a segurança das mulheres, psicólogas especializadas em trauma ou advogadas que lidam com casos de violência de gênero. Essas fontes podem oferecer percepções sobre as medidas específicas que podem ser implementadas para prevenir incidentes semelhantes e apoiar as vítimas.

Além disso, por ser classificada como “reportagem” seria relevante incluir estatísticas ou informações sobre a prevalência de casos de violência sexual relacionados a aplicativos de transporte e as medidas que as plataformas estão tomando para garantir a segurança dos passageiros. Isso proporcionaria um contexto mais amplo para a situação específica discutida na notícia.

#### **4.5.1 Análise do Universa**

Para a análise da editoria Universa, por ter apenas 8 páginas coletadas, apenas duas serão analisadas mais profundamente neste tópico

As primeiras notícias a serem analisadas são intituladas “Oposição protocola pedido de plebiscito sobre criminalização do aborto” e “Hospitais de NY vão oferecer atendimento sobre aborto por telessaúde”. No tópico **4.3.1** essas notícias foram colocadas em questão por serem assinadas por um jornalista homem, enquanto notícias com assuntos “mais leves” são assinadas por mulheres. Além disso, os textos seguem o padrão UOL de notícia, sendo dividido em tópicos com resumo do que aconteceu até culminar no fato que levou a notícia. Podendo ser entendida como uma “*hard news*”, faltou o aprofundamento sobre o tema

e a exploração de fontes que poderiam enriquecer a notícia, visto o que diz Moraes (2022) sobre a subjetividade nas *hard news*.

“Necessário dizer que o jornalismo de subjetividade não é um posicionamento reservado apenas à feitura da reportagem, ou seja, não é somente com tempo mais estendido para produzir material com profundidade [...] que essa reflexão é possível. [...] Não é mais sustentável atribuir à falta de tempo uma discursabilidade ensopada de racismo, transfobia, classicismo, etc.” (Moraes, 2022, p. 106)

A ausência de fontes femininas em duas notícias recentes sobre o aborto, um tema intrínseco à vida de mulheres cis e trans, em uma editoria voltada para o público feminino, levanta questões sobre a responsabilidade do UOL e da Universa, como veículos jornalísticos, em informar a sociedade de maneira abrangente. Apesar de a legalização do aborto ser amplamente discutida e de existir recursos facilmente acessíveis na internet, há uma oportunidade perdida de ir além da simples notícia dos fatos.

Neste contexto, é pertinente questionar por que não se incorpora a subjetividade jornalística para enriquecer a cobertura. Seria totalmente viável, nas duas notícias em questão, incluir vozes femininas diversas que representem distintas perspectivas sobre o aborto. Isso poderia envolver ativistas pelos direitos reprodutivos, profissionais de saúde especializadas em questões relacionadas ao aborto e defensoras dos direitos das mulheres.

Além disso, uma abordagem mais aprofundada poderia consistir em entrevistar mulheres que vivenciaram situações envolvendo a decisão de interromper uma gravidez, proporcionando espaço para relatos que abordem não apenas os aspectos práticos, mas também os emocionais, sociais e de saúde envolvidos nesse processo. Essa abertura para experiências pessoais contribuiria significativamente para a compreensão mais ampla desse tema sensível.

Considerando a interseccionalidade, seria relevante analisar como questões de raça, classe social e orientação sexual se entrelaçam com a questão do aborto. A última notícia a ser analisada tem como título “O que você faz ao ver uma mulher ser assediada? Programa ensina a reagir” e está categorizada no Universa como “Direitos da mulher”. Logo após o *lead*, já somos apresentados ao programa que ensina pessoas a ajudarem mulheres que estão sendo assediadas.



### Imagem 32 - Captura de tela para ilustrar matéria sobre o programa contra o assédio

O programa Stand Up, realizado em parceria com a ONG Right to Be, uma iniciativa global da marca L'Oréal Paris, busca colocar um holofote sobre isso e treinar gratuitamente interessados em aprender como reagir de forma adequada diante de situações de assédio sexual em espaços públicos.

A ideia é proteger a autoestima de mulheres e homens, criando um conjunto de ferramentas comprovadas para ajudar as pessoas a intervir com segurança quando são vítimas ou testemunhas de assédio nas ruas.

Fonte: Universa<sup>48</sup>

A análise revela que a notícia, em essência, configura-se como uma forma de publicidade para a marca L'Oréal Paris, levantando a possibilidade de ser categorizada como um publeditorial. Durante a análise, torna-se evidente que o foco do Universa é promover os eventos patrocinados pela L'Oréal, como desfiles com a participação de diversas celebridades. Apesar do texto ser habilmente redigido e o programa ser explicado de maneira clara, a natureza publicitária se destaca como característica proeminente.

No entanto, é válido observar que o texto inclui fontes femininas desempenhando papéis de especialistas, como Luiza Portella, Diretora de Planejamento Estratégico da WMcCANN; Maíra da Matta, diretora da L'Oréal Paris no Brasil; Joyce Trindade, Secretária de Direitos das Mulheres; e Taís Araujo, atriz e embaixadora de L'Oréal Paris no Brasil. Nota-se a presença de uma mulher negra, Taís Araújo, entre essas fontes.

Apesar da representação feminina, a cobertura poderia ser aprimorada incluindo fontes que fossem alunas ou alunos do programa Stand Up. Além disso, o texto, que já fornece dados substanciais, poderia expandir a discussão sobre o assédio, considerando experiências de mulheres de diferentes raças, origens periféricas e/ou identidades LGBTQIAP+. E o último ponto, na verdade, é uma questão: se não por esse evento da marca, haveria alguma outra notícia sobre como ajudar mulheres que estão sendo assediadas? Chegamos em determinado ponto da sociedade no qual as pessoas precisam ser ensinadas a ajudar uma mulher que passa por um crime, como no assédio.

No final de todas essas análises, observa-se no geral, que o UOL e sua editoria Universa, pouco exploram as causas sociais defendidas aqui neste trabalho através da interseccionalidade, e há pouco esforço dos portais em escapar do jornalismo mecânico de hoje, que se limita a noticiar o fato sem se preocupar com demais representatividades.

<sup>48</sup>Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/10/05/o-que-voce-faz-quando-ve-uma-mulher-ser-assediada-loreal-inflama-debate.htm>>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

## 5 CONCLUSÃO

Após uma análise detalhada, reforçada pela premissa de que as mulheres são sub-representadas em entrevistas, os resultados evidenciam essa desigualdade. No UOL, apenas 34% das notícias analisadas incluem fontes, sendo que destas, apenas 18 apresentam fontes femininas. Importante ressaltar que, mesmo nesse grupo, apenas duas são de mulheres negras e de classe baixa, revelando uma falta de interseccionalidade.

A situação na editoria feminina, Universa, não difere significativamente. As notícias carecem de aprofundamento em questões sociais, concentrando-se mais em tópicos como comportamento e sexualidade feminina. O UOL, um veículo jornalístico de grande porte, foca em assuntos nacionais e gerais, negligenciando questões sociais mais amplas.

Em resposta aos objetivos específicos, fica evidente a disparidade entre fontes femininas e masculinas no portal, sem um esforço notável para diversificar e incluir mulheres, especialmente aquelas com experiências interseccionais. A objetividade, embora essencial, pode silenciar vozes importantes, perpetuando estereótipos e preconceitos. É imperativo que os jornalistas reconheçam a importância da subjetividade, incorporando perspectivas diversas e contextos complexos em suas reportagens, sem abandonar completamente a imparcialidade.

O jornalismo, que para Zelizer (2015) deveria desempenhar um papel essencial ao auxiliar as pessoas a entenderem suas vidas cotidianas e suas conexões com o corpo político mais amplo, parece falhar nesse aspecto. A lógica capitalista, que impulsiona a produção acelerada de notícias, resulta em matérias curtas e diretas, apresentadas como objetivas pelo jornalismo, conforme apontado por Lopez e Souza (2019). Essa escolha está intrinsecamente ligada aos valores-notícia, impactando na inclusão da subjetividade e da interseccionalidade do gênero feminino nas reportagens jornalísticas.

Este tema poderia ser estendido para outros portais como, por exemplo, a nova editoria feminina da Folha de São Paulo, “Todas”<sup>49</sup>, lançada durante o processo de escrita deste trabalho, inclusive os independentes, e para diversas formas de mídia, como o jornalismo impresso, audiovisual, radiofônico, entre outros.

Uma análise mais detalhada sobre como as mulheres são representadas nas notícias, não apenas como fontes, mas também como personagens, seria uma extensão valiosa deste estudo. Considerar suas identidades individuais e coletivas, incluindo raça, classe e idade, enquanto enfrentam questões de gênero, é crucial. Esta abordagem ampliada permitiria

---

<sup>49</sup>Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/todas/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2023.

que o jornalismo do cotidiano percebesse a negligência existente e, mesmo que em pequenos passos, trabalhasse para implementar mudanças, dando mais voz às mulheres.

Ouvir as mulheres por meio do jornalismo, uma ferramenta social destacada ao longo deste trabalho, pode ter um impacto significativo na sociedade, contribuindo para uma representação mais justa e equitativa. E ao reconhecer as diferentes realidades enfrentadas por mulheres pertencentes a minorias étnicas, socioeconômicas ou LGBTQIAP+, a cobertura jornalística poderia oferecer uma visão mais completa e inclusiva, promovendo um diálogo que respeite a diversidade de experiências e perspectivas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica. História da imprensa brasileira.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa.** Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. 266 p
- BARCELOS, Marcelo Silva et al. **Um olhar no jornalismo do futuro a partir da internet das coisas (IoT) e inteligência artificial (IA): prospecções científicas e os desafios tecnológicos nas redações.** 2019.
- BARROS FILHO, C. de. **Reflexo de pauta: ética e habitus na produção da notícia.** Contracampo. Vol. 7, n. 0, 2002, p. 157-182.
- BERTOCCHI, Daniela. **Gêneros jornalísticos em espaços digitais.** SOPCOM: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, p. 1287-1299, 2005.
- BRADSHAW, P. Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. **Webjornalismo**, 7, 111-136. 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Editora José Olympio, 2018.
- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença.** 2014.
- CERQUEIRA, C. B. (2008). A imprensa e a perspectiva de gênero. Quando elas são notícia no Dia Internacional da Mulher. **Observatorio (OBS\*) Journal**, 2(2), 139-164.  
<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/101/153>
- CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias: teorias e métodos.** 2011.
- COSTA, Jessica Gustafson et al. **Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo.** 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), “**Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**”. University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.
- DAVID, Hadassa Ester. A narrativa jornalística: objetividade versus subjetividade. In: **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Rio de Janeiro–RJ. 2015.
- DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **O que o jornalismo está se tornando.** Parágrafo, v. 4, n. 2, p. 06-21, 2016.
- DUARTE, Marcia Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: atlas, 2005. p. 215-235.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora Unb, 2001.

FIGARO, Roseli. **O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional**. Brazilian Journalism Research, v. 14, n. 2, p. 570-591, 2018.

GMMP. **Who makes the news? National Report - Brasil**. Global Media Monitoring Project - GMMP. 2020. Disponível em:

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; DOS SANTOS, Marli; RENÓ, Denis Porto. Reportagem: o gênero sob medida para o jornalismo contemporâneo. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 130, p. 223-242, 2015.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido – fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes. 2011

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, v. 26, p. 61-73, 2014.

Instituto Nacional de Estatística. **Pesquisa sobre Tecnologia da Informação e Comunicação em Domicílios 2021**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 2021. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2021/domicilios/>>. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

KINDERMANN, C.A. (2003). A reportagem jornalística no Jornal do Brasil: desvendando as variantes do gênero. **Dissertação**. Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, SC. Recuperado de [http://busca.unisul.br/pdf/69876\\_Conceicao.pdf](http://busca.unisul.br/pdf/69876_Conceicao.pdf).

KNOLL, Gabriel de O. Pereira. Conceito de Objetividade no Jornalismo: uma retomada para a historicidade do conceito a uma definição filosófico-jornalística com base nas pesquisas de Stephanie Martin. **Anais INTERCOM SUL**, Novo Hamburgo, 2010.

KOHL, C.; GERN, A. e QUADROS, C. I., **Gêneros jornalísticos e convergência: a cobertura do Dia do Meio Ambiente na Gazeta Povo**, Razón y Palabra, Nº 92, pp. 844-861. 2016

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Digitaliza Conteúdo, 2021.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística**. Recuperado de <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>, 2001.

LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. **Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está. Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. São Paulo: Intercom, 2018.

LEITE, A. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.163, 2017, p. 44-68.

LONGHI, R. R.. (2010) Os nomes das coisas: em busca do especial multimídia. **Estudos em Comunicação**, n. 7, v.2 (149-161). Recuperado de <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/vol2/longhi.pdf>.

LOPEZ, Yara; DE SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. **Violência contra a mulher, machismo e patriarcado no enquadramento jornalístico**. Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 6, n. 2, p. 19-34, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. S.P. Hacker. 2000

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.

MEDINA, C. A. **Jornalismo na sociedade urbana industrial**. 1978.

MIELNICZUK, Luciana. **O link como recurso da narrativa jornalística hipertextual**. In: Intercom-Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. Rio de Janeiro Intercom. 2005.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, 2010

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Editora Revan, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. **O processo de feminização do jornalismo: da invisibilidade às mudanças no mercado profissional**. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Anais. Florianópolis, 2017.

SARMENTO, Rayza. O feminismo no jornalismo. **Cadernos pagu**, p. e205802, 2020.

SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: **LabCom**, 2009.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade**. Estudos em jornalismo e mídia, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SILVA, Naiana Rodrigues da. As relações de comunicação e de trabalho de jovens jornalistas cearenses: um estudo sobre as dramáticas do uso de si, o ethos e a deontologia profissionais. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. 339f. 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-22112022-165514/en>

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Um olhar na história: a mulher na escola** (Brasil: 1549-1910). História e Memória da educação Brasileira, 2002.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; SANTOS, Marli dos. **Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional**. 2016.

TOMÉ, Taissa Gracik. **Jornalismo e tratamento de gênero: como homens e mulheres foram retratados no portal G1 Goiás entre março e abril de 2021**. 2021.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Insular, 2005.

ZELIZER, Barbie. O que fazer com o jornalismo?. **Brazilian journalism research**, v. 10, n. 2, p. 12-27, 2014.

Yin, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman. 2001. Disponível em:

<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod\\_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6598416/mod_resource/content/1/Livro%20Robert%20Yin.pdf)>. Acesso em: 07 de novembro de 2023